



TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

ATA DA 34ª
(TRIGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER OS FATOS QUE ENVOLVEM A
ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO PÓLO
ECOLÓGICO DE BRASÍLIA E A DOAÇÃO DE
ANIMAIS SILVESTRES À EMPRESA NOEL
GONÇALVES LIMA, MICROEMPRESA,
PROPRIETÁRIA DA FAZENDA SERRA AZUL,
ESTADO DE GOIÁS.

EM 27 DE ABRIL DE 2005

80
25

105 *laudas*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura de atas das sessões anteriores.

São lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 10- Sessão Extraordinária;
- Ata da 32ª Sessão Extraordinária.

Em discussão as atas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, dou por aprovadas as referidas atas.

Quero cumprimento as pessoas que estão presentes na galeria do plenário e dar-lhes nossas boas-vindas à esta Casa do Povo, de vocês e nossa.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A presente comissão geral, conforme deliberação do Plenário expressa no Requerimento nº 1,881, de 2005, destina-se a debater os fatos que envolvem a administração da Fundação do Pólo Ecológico de Brasília e a doação de animais silvestres à Empresa Noel Gonçalves Lima, microempresa, do proprietário da Fazenda Serra Azul do Estado de Goiás.

Esta Presidência vai suspender os trabalhos durante vinte minutos.

Está suspensa a reunião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

(Suspensa às 15h08min, a reunião é reaberta às 15h27min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Declaro reaberta a Comissão Geral.

Convido, para fazer parte da Mesa, o Secretário de Estado da Comparques, Sr. Ênio Dutra Fernandes da Silva; o Diretor-Presidente da Fundação Pólo Ecológico, Sr. Raul Gonzales Acosta; a Diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Sra. Débora Soboll; a jornalista do *Correio Braziliense*, Sra. Ana Beatriz Magno; o Coordenador de Fauna do Ibama do Distrito Federal, Sr. Adilson Pinto Gil e o ex-Diretor da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Sr. Daniel Louzada.

Por metodologia, passaremos a palavra aos membros da Mesa, lembrando-os de que se trata de uma avaliação dos incidentes que vieram a público recentemente, cujo foco é a Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

O objetivo central desta comissão geral é identificar os procedimentos administrativos a serem adotados quanto à transferência de fauna para o criadouro do Sr. Noel. Esse é o nosso objetivo principal. Trata-se de toda aquela problemática descrita no relatório do Ibama, que, inclusive, já foi superada na segunda vistoria daquele órgão e levou à reabertura do Zoológico. É disso que vamos tratar. O que nos preocupa é exatamente aquela questão dos atestados de óbito e da transferência de animais para o Zoológico de Goiânia, dada uma possível triangulação entre os zoológicos de Brasília e Goiânia e o criadouro do Sr. Noel. Esses serão os focos principais da nossa avaliação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Solicito aos membros da Mesa que façam uma rápida explanação sobre esse tema específico. Em seguida, abriremos espaço para perguntas.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Comparques, Ênio Dutra Fernandes da Silva.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Sr. Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Floresta, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, boa-tarde.

Estamos aqui de coração aberto para prestar todas as informações que nos forem solicitadas, por meio da direção da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, para que não deixemos nenhuma dúvida a respeito dessas denúncias que vieram a público, dessa situação toda que foi criada.

A Fundação Pólo Ecológico faz um trabalho sério e responsável e tem todos os dados capazes de esclarecer essa situação.

Coloco-me à disposição para qualquer questionamento posterior,

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) • Concedo a palavra ao Sr. Diretor-Presidente da Fundação Pólo Ecológico, Sr. Raul Gonzales Acosta.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Exmo. Sr. Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Chico Floresta; Exmo. Sr. Secretário de Estado da Comparques, Sr. Ênio Dutra Fernandes da Silva, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa.

Nós, da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, o Jardim Zoológico, estamos muito felizes por termos sido convidados para debater



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

esse tema **que**, nos últimos dois meses, tem tomado conta das discussões em nossa cidade. Ficamos muito felizes porque, no nosso entendimento, o que fizemos é correto, legai e sério.

O Jardim Zoológico de Brasília hoje, em matéria de educação ambiental, tem vários projetos. Há o "Caminhada Noturna" e o "Doutor Zôo", no qual vamos a hospitais, inclusive com pacientes **terminais**, damos um pouco de alegria e devolvemos um pouco do que a sociedade nos dá: o nosso salário, pois somos servidores públicos. Temos o projeto do "Zôo Especial", em que vamos a asilos e a creches dos menos favorecidos. O "Zôo **Camping**", projeto de longa **data**, acontece todo ano. **Fazemos** pelo menos quinze acampamentos por ano em parceria com o Sesc, que financia o projeto. Este ano vamos realizar o "Zôo Camping" no mês de julho e traremos pessoas de todo o Brasil. Serão mais de cento e cinquenta campistas no Jardim **Zoológico**, vindos de várias regiões de nosso País.

Enfim, esses são apenas alguns projetos da área de educação ambiental.

Temos alguns projetos em matéria de pesquisa e de conservação, mas não os citarei agora para não ser prolixo.

Eu só quero dizer que temos convicção de que fizemos o certo. Temos fé. Nós, da Fundação Pólo Ecológico, acreditamos em Deus e temos fé. Nunca viríamos aqui para mentir. Temos fé, temos os documentos e vamos mostrar por que entendemos que estamos certos.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Com a palavra a Sra. Diretora de Conservação e Pesquisa da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Dra. Débora Soboll.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Deputado Chico Floresta por participar deste debate.

Cumprimento o Prof. Ênio, o Dr. Raul Gonzales Acosta, Diretor da Fundação Pólo Ecológico, e os demais componentes da Mesa,

Deputado, colocamo-nos à disposição neste debate, pois queremos colocar todos os acontecimentos da nossa instituição e esclarecer, por fim, todas as questões que levaram a este debate.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Coordenador de Fauna do Ibama - DF, Adilson Pinto Gil.

SR. ADILSON PINTO GIL - Cumprimento o Sr. Deputado Chico Floresta.

O Ibama, presente neste debate público, cumprimenta os demais membros da Mesa.

Provaremos que o Ibama mantém o monitoramento não só do Jardim Zoológico de Brasília como também dos demais criadouros do Distrito Federal e de todo o Brasil.

Este espaço é importantíssimo até para mostrar as ações do Ibama e mostrar que o Ibama está presente. Muitas vezes a ação do Ibama não passa claramente para a sociedade. Um espaço como este é interessante para esse tipo de situação.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Ouviremos agora a Sra. Ana Beatriz Magno, jornalista do *Correio Braziliense*.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Boa-tarde, membros da Mesa.

Estou aqui na condição de jornalista.

Não sei muito bem falar em situações como esta, mas estou disposta a discutir e a conversar sobre as minhas matérias, conduzindo da maneira mais correta.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Entraremos na fase das perguntas.

A primeira pergunta é dirigida ao Sr. Secretário. O senhor teve conhecimento, em tempo hábil, dos relatórios que foram produzidos pelo Ibama, principalmente o primeiro relatório? Que medidas foram tomadas após o conhecimento desse relatório?

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, eu estava em atividade no meu gabinete e só pude chegar agora.

Indago de V.Exa. se haverá oportunidade de os demais Parlamentares se pronunciarem.

Tenho algumas informações que gostaria de comunicar aos participantes do debate e gostaria de saber em qual momento isso será possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) • Cada um dos presentes fez seu pronunciamento em uma rodada inicial e depois entraremos na fase das perguntas.

Se o Sr. Secretário não se incomodar, V.Exa. poderá fazer uso da palavra neste momento. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Concedo a palavra ao Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, demais componentes da Mesa e representantes dos órgãos de proteção aos animais, do Zoológico de Brasília, da Polícia Federal, do Ibama e demais órgãos, pouparei de citar individualmente cada um para sintetizar o tempo.

Não faz muito tempo, saiu uma matéria no jornal *Correio Braziliense*, mostrando um pouco o lado do exotismo que caracteriza algumas famílias mais ricas de Brasília, no sentido de ostentar, no seu ambiente doméstico, alguns animais que, não pertencendo à fauna brasileira, às vezes são importados, com autorização para serem criados em cativeiros. Nessa ocasião falava-se de alguns exemplares do lhama, animal da região do Peru, dos Andes, que teriam sido importados legalmente por meio de empresas que realizam esse tipo de atividade, intermediando compra e venda de animais, mesmo daqueles que não fazem parte da fauna brasileira.

Achei curiosa essa prática, porque nunca me passou pela cabeça que existissem no Brasil empresas especializadas em comprar e vender animais, importando ou exportando, quem sabe, alguns animais já anteriormente trazidos de outros países e - até proibido legalmente - espécies da própria fauna brasileira. Na ocasião foram mandadas notas fiscais comprovatórias dessa compra e venda.

Eu não sei - e queria saber exatamente - se esses animais que foram citados por nós e que saíram nessa matéria do jornal fazem parte do acervo - vamos dizer assim • dessas empresas citadas nessa polêmica que envolve a venda de animais ligadas ao Jardim Zoológico de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Por exemplo, há o criatório da Fazenda Santo Antônio, que fica em Cáceres, no Mato Grosso. Na **investigação** feita pela Comissão do Meio Ambiente, da qual **S.Exa.**, Deputado Chico Floresta, fazia parte na época, indagamos sobre a procedência daqueles animais para saber inclusive sobre vacinação e qualidade de saúde dos animais, se não representariam risco de comprometimento de outras espécies no Brasil por transmissão de parasitas. Nesse histórico percebemos que além dessa **empresa**, a Fazenda Santo Antônio, de Cáceres, havia uma empresa de Goiás. Recebemos informação de que o Sr. Marcondes Sales Garcia é a pessoa que teria a autorização para realizar o transporte de animais da fauna exótica, da espécie lama **glama**, e que esses animais teriam sido trazidos para Brasília com autorização concedida pelo **Ibama**. Eu queria ter analisado melhor essa **situação**, mas fui pego de surpresa. Há uma outra empresa envolvida nesse processo que inclusive forneceu **nota fiscal** para fazer o transporte e tudo.

Então, a minha pergunta é a seguinte: as autoridades presentes que tratam desse assunto conhecem essa prática de animais comprados para acervo **particular**? Eu não sei se essa palavra "acervo" é correta para animais. Eu citaria o caso da Administradora do Lago Sul que mantém em sua área residencial, numa chácara no **Lago**, esses **lhamas**. Ela informou, apresentando alguns documentos do **Ibama**, que tinha autorização para fazer a importação e o transporte desses animais.

É do conhecimento de algum dos senhores se essas empresas que eu mencionei aqui fazem parte daquelas que foram listadas como empresas que estariam recebendo os animais do Zoológico de Brasília e procedendo a sua futura transferência para outros interessados? Se for o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

caso, eu gostaria que desenvolvêssemos uma apuração mais profunda desse assunto.

Era o que eu queria manifestar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Muito obrigado, Deputado Peniel Pacheco.

Vamos retomar as perguntas ao Sr. Secretário. Teve conhecimento do primeiro relatório, as medidas que foram tomadas e o que foi feito sobre a falta de parecer do órgão ambiental distrital sobre o zôo? Isso é no tocante ao primeiro relatório.

Em relação ao segundo, há algumas lacunas que gostaríamos de saber se foram preenchidas. Primeiro, o planejamento global, a lista completa dos funcionários com cargo, função, vínculo e tempo de serviço, cópia do termo de posse dos trabalhadores do Zoológico, cópias de diploma e registro de veterinários e biólogos, cópia do Plano Diretor e cópias de plantas baixas dos recintos.

Acho até que essa segunda pergunta poderia ser respondida pelo Diretor-Presidente da Fundação Pólo Ecológico.

Na primeira pergunta me interessa saber se V.Exa. teve conhecimento dos relatórios e das medidas que foram adotadas.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Tivemos conhecimento do relatório do Ibama em novembro. Em dezembro e janeiro já começamos a tomar providências no sentido de retomar o projeto de revitalização previsto para a Fundação Pólo Ecológico de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Tivemos uma reunião em janeiro com a presença do Dr. Alexandre Camanho e do Sr. Secretário de Obras e começamos, por intermédio dos técnicos da Novacap, a fazer o levantamento das necessidades urgentes de obras para resolver os problemas da Fundação Pólo Ecológico.

Então, foram essas providências que tomamos.

Como prova disso, entreguei hoje mais um relatório à Dra. Cátia. Já fizemos quase todas as obras de emergência que foram exigidas. Algumas obras ainda estão em fase de conclusão e as outras, de médio e longo prazos, estão em processo de licitação pela Novacap.

Então, ao tomarmos conhecimento dessa situação, agimos e procuramos resolver os problemas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Neste momento, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Diretor-Presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

No documento inicial do Ibama, na primeira vistoria, consta como irregularidade: "ausência de parecer do órgão ambiental e que as seguintes documentações solicitadas não foram apresentadas: planejamento global; lista completa de todos os funcionários que trabalham ou prestam serviços ao Jardim Zoológico de Brasília, indicando cargo, função, jornada de trabalho, natureza do vínculo e tempo de serviço no Jardim Zoológico de Brasília; a cópia do termo de posse; o comprovante e vínculo empregatício dos médicos veterinários, biólogos e tratadores; a cópia do diploma e do registro no Conselho de Medicina Veterinária ou de Biologia dos Médicos Veterinários e Biólogos; a cópia dos contratos de serviços terceirizados de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

segurança e limpeza e conservação; a cópia do Plano Diretor da Fundação Pólo Ecológico de Brasília - Jardim Zoológico de Brasília; o parecer técnico da equipe da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, com justificativa de não haver isolamento com cerca/muro entre o Jardim Zoológico de Brasília e a unidade de conservação Área e Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo. Também não foram apresentadas as plantas baixas dos recintos. Foram encontradas irregularidades pela amostragem do livro de registro, inclusive atestados de óbito irregulares."

Então, esses itens não fazem parte do documento do Ibama, da segunda vistoria.

Eu queria saber que providências foram adotadas para sanar isto que está sendo apontado como irregularidade na primeira vistoria realizada pelo Ibama.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Primeiramente, quando foi realizada essa vistoria, no período de 5 a 9 de julho de 2004, e foi solicitada a documentação, talvez tenha havido um mal-entendido pela própria comissão que fez essa vistoria, porque, prontamente, quando fomos informados da necessidade de toda essa documentação, encaminhamos para o Ibama. Tanto que, em um segundo momento, quando foi feita a segunda vistoria, já não foi solicitada toda essa documentação.

Encaminhamos, sim, para o Ibama. Temos usado comunicação e o processo onde encaminhamos todas essas questões que S.Exa. acabou de dizer. Todas essas perquirições a gente encaminhou para o Ibama, com um parecer dizendo por que não tem cerca, aquela manilha... O senhor, que foi Secretário do Meio Ambiente e fez uma grande gestão, sabe muito bem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

que tem uma forma licitante, existe um entendimento de técnicos de que não deve ser cercado. Evidentemente, há outros técnicos que já entendem, tudo fundamentado tecnicamente, que deve ser cercado etc.

Mas há também um detalhe interessante aqui que a gente apresentou publicamente. Nos documentos que a gente encaminhou para o Ibama, dissemos que a vistoria se baseou na Portaria nº 283/89 e na Instrução Normativa nº 01, também de 89, que foram revogadas. Em 2002 o art. 33 da Portaria nº 04 revogou tanto a Portaria nº 283 como a Instrução Normativa nº 01. Então, a portaria • e isso é um entendimento jurídico, nós temos um parecer jurídico - estava em vigor, e na data da vistoria deveria ter sido seguida a Portaria nº 04, e não a Portaria nº 283. Foi esse o nosso entendimento, inclusive com parecer jurídico da nossa própria Procuradoria Jurídica.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Considere que houve uma imperícia do Ibama de ter feito a vistoria, baseada no aspecto legal já ultrapassado.

SR. DANIEL LOUZADA - Bom, eu diria que houve um mal-entendido. Essa é a minha posição. Posso dizer que houve um mal-entendido. Utilizaram uma legislação morta, já revogada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Quero saber a opinião do Ibama sobre esse assunto.

SR. ADILSON PINTO GIL - Antes de qualquer coisa, é sempre importante dizer que essa comissão que elaborou esse relatório não é só do Ibama. Ela contou com a participação da sociedade civil organizada, a partir



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

de uma ONG, a Funatura, uma ONG reconhecida, junto com a sociedade brasileira dos zoológicos.

Então, nesse primeiro relatório, não houve somente a participação do Ibama: a Coordenação do Ibama, Gerência-Executiva e o Ibama Sede, mas houve a participação da sociedade também a partir da Funatura, uma ONG. Então, houve a participação da sociedade nesse primeiro momento.

A utilização dessa portaria e dessa instrução normativa foi equivocada, embora muito do que há na nova instrução também havia na antiga portaria. O fato de ela ter iniciado se baseando nessa portaria foi equivocado. Repito: a nova instrução normativa aproveita muito da portaria anterior e da instrução normativa anterior. As Instruções Normativas nº 04 e 02 em boa parte do texto aproveitam valores e artigos tanto da portaria quanto da instrução normativa. As próprias IN nº 04 e 02 cometem um deslize jurídico, que é revogar uma lei. Uma instrução normativa não tem poder de revogar uma lei.

Então, isso foi um equívoco, mas continua importante a vistoria dentro do zoológico. Continua importante. O que houve foi muito importante. Equívocos? Claro que houve, mas o ato em si, da vistoria, do monitoramento do jardim zoológico foi de extrema importância, independentemente de esse trabalho inicial ter se baseado numa portaria revogada ou não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Está bem, mas o que quero saber é se esses itens que foram abordados na portaria foram considerados exorbitantes. Se eles foram considerados exorbitantes em função de haver um novo ordenamento legal, então, está-se dizendo que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

o novo ordenamento legal acolheu vários dos procedimentos. Então, quero saber se no novo ordenamento legal está previsto, por parte do zoológico, entregar documentos acerca do planejamento global, a lista dos funcionários, cópia do termo de posse e essa questão do atestado de óbito. Eu quero saber isso especificamente.

SR. ADILSON PINTO GIL - Quanto à previsão da responsabilidade técnica, que V.Exa. também mencionou, há, na nova instrução normativa, a situação do planejamento global...

A situação é a seguinte: em relação ao atestado de óbito, houve o momento da fiscalização, da vistoria por parte do Ibama - aí vamos acreditar na fé pública daqueles integrantes do Ibama que viram esses documentos. E mais uma vez - aí eu, como coordenador do Setor de Fauna, que trabalho intensamente nisso -, vi recortes desse atestado de óbito no *Correio Braziliense*, mas, até o presente momento, não vi esses atestados de óbito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Eu gostaria de perguntar à jornalista do *Correio Braziliense*, porque lá está estampado um fax *símile*, o seguinte: a senhora possui o documento aqui? (Pausa.)

Ela tem o documento aqui.

E, ato contínuo, eu gostaria de perguntar à Dra. Débora Soboll, como é que ela explica o surgimento desse atestado.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Sr. Presidente, estou aqui com os atestados de óbito. Quero saber se posso entregar uma cópia com os quatro atestados de óbito citados no relatório do Ibama. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Só lhe peço, por favor, uma cópia. Esses documentos estão anexados. Se V.Sa. tiver lido o documento do Ministério Público, perceberá que esses documentos estão anexados a ele.

SR. ADILSON PINTO GIL - Na via que o Ibama enviou, não.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Não na via que o Ibama enviou, mas no documento do Ministério Público. No documento em que o Ministério Público faz o relato da situação do Jardim Zoológico à Justiça.

SR. ADILSON PINTO MAGNO • A esse documento eu não tive acesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO LEITE) - Eu gostaria de saber da Dra. Débora Soboll como é que ela explica o aparecimento desses atestados de óbito.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Presidente, passamos pela vistoria de cinco a nove de julho de 2004. Na época, recebi os membros da vistoria, que, nos primeiros dias, antecipadamente, disseram-nos como seria essa vistoria, o que eles gostariam de verificar e como seria o procedimento.

Quando eles vieram, todos os documentos que nos foram solicitados foram passados e apresentados a eles, não durante essa semana, porque tínhamos que tirar as cópias de muitos desses documentos, mas...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Eu gostaria de pedir silêncio, porque estamos com dificuldades de ouvir a expositora.

SRA. DÉBORA SOBOLL • Quando esses documentos foram solicitados, esses a que V.Exa. se referiu, fizemos a entrega de todos eles. E quando esse documento, no final, foi-nos apresentado, ele diz não ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

constado, mas todos esses documentos foram apresentados conforme o solicitado.

Esses atestados que vi agora não foram apresentados ao Ibama. Eles não constaram dessa documentação e eu também não tive acesso a eles. Oficialmente, não vi os originais desses documentos e eles não me foram, até o presente momento, apresentados.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Quer dizer que a senhora não tem conhecimento desses atestados?

SRA. DÉBORA SOBOLL - Não. Eu os vi no processo que foi entregue ao Ministério Público...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Vamos até verificar se essa assinatura é da senhora.

DRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Presidente, eu só poderia afirmar que essa assinatura é minha se eu estivesse com o documento original. Isso aqui é uma cópia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A senhora se lembra de situações que levariam a óbito esses animais que estão relatados?

DRA. DÉBORA SOBOLL - Pelo que me recordo, em 26 de setembro de 2002, eu estava contratada no Zoológico para trabalhar com aves e com pequenos mamíferos. Esses aqui são animais de grande porte e havia um outro veterinário responsável por eles. Então, esses atestados não teriam como ter sido feitos pela minha pessoa na época. Repito, então, que precisávamos dos originais desses atestados para poder comprovar se eles são ou não verdadeiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Realmente a coisa **está** mais estranha do que eu imaginava.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, Deputado Chico Floresta, autor do requerimento, em nome de quem peço permissão para cumprimentar todos que estão à Mesa. Colegas Parlamentares, Deputados Chico Vigilante, Paulo Tadeu, Erika Kokay, Peniel Pacheco, Eliana Pedrosa, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, estamos diante de um crime da mais alta relevância social.

Em realidade, a proteção ao meio ambiente entre nós é nova e faz parte da defesa dos direitos difusos transindividuais. Os animais que pertenciam à Coroa, hoje, com a nossa Carta de 1988, pertencem não apenas a toda a sociedade mas, para além disso, até pertencem àqueles que ainda não vieram ao mundo. De sorte que, com a visão dos direitos de terceira geração, nós temos crimes contra o meio ambiente, contra as ordens econômico-financeira, tributária, previdenciária, contra a educação, contra a saúde, contra as relações de consumo. Na verdade, estão entre os crimes mais graves do planeta. Por isso, Deputado Chico Floresta, a importância desta Comissão Geral.

Das principais denúncias, temos a ausência de documentação necessária para verificação do correto funcionamento, o repasse de animais empalhados à Polícia Federal sem nenhum registro, a falta de preparo e treinamento de funcionários lotados no próprio Zoológico e a falta de segurança dos recintos. O tráfico de animais, Deputado Chico Floresta, é o terceiro maior negócio em contrabando depois de drogas e armas. Cientistas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

do Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente calculam que existam entre dez e cem milhões de espécies de seres vivos no planeta, Hoje, somente um milhão e quatrocentos mil são conhecidos e 25% estão ameaçados de extinção.

O Brasil é um dos países com o maior nível de biodiversidade do planeta, o que aumenta a relevância do evento, da apuração e da punição efetiva dos culpados. Por isso, Sr. Presidente, venho a esta Tribuna pedir a V.Exa. que possamos extrair como sugestão do debate da comissão geral não apenas o reforço desta Casa àqueles que estão responsáveis pelas apurações e pela conclusão dos feitos, mas também para aqueles que trabalham para salvaguardar a nossa fauna e o nosso serviço público. Mas, fundamentalmente, Deputado Chico Floresta, para que possamos, desta Comissão Geral, extrair dados suficientes para ajudarmos as instituições responsáveis - o Ministério Público, a Polícia Federal - a indicar os culpados e a apelar por punições severas e exemplares.

Na nossa avaliação, é exatamente porque deixamos de lado a defesa dos bens jurídicos transindividuais, porque achamos de somenos importância, que todos os fatos ocorrem à luz do dia e sequer chegam ao conhecimento geral, ao conhecimento da população. Em nossa opinião - como ainda adiantava Feuebach no século XIX -, só servirá como punição efetiva a prevenção ou, no inverso, como costumava utilizar em suas palestras, a prevenção do crime, a primeira delas será não apenas o aparelhamento do Estado, mas, para além disso, a punição efetiva dos culpados, venham eles de onde vierem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Sr. **Presidente**, foi para contribuir com a Comissão Geral presidida por V.Exa. que solicitei o uso da palavra.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Agradeço ao Deputado Chico Leite.

Antes de passar a palavra à jornalista Ana Beatriz Magno, eu gostaria de saber da Dra. Débora Soboll qual o procedimento normal e legal no caso de atestado de óbito.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Deputado, em nossa instituição trabalhamos atualmente com cerca de um mil e trezentos animais, constando de 253 espécies, entre aves, répteis e mamíferos. Trabalhamos com uma grande quantidade de animais e temos um corpo técnico que trabalha juntamente na questão da conservação desses animais, na questão da pesquisa. Procuramos trabalhar com os animais sempre no sentido de ajudar não somente os animais que estão mantidos em cativeiro, mas também os animais de uma maneira geral.

Hoje, na verdade, remamos contra a maré, vendo o nosso meio ambiente sendo degradado por inúmeras situações, por inúmeras problemáticas.

Discordo do que foi exposto por V.Exa. há pouco sobre não termos um pessoal técnico qualificado dentro da nossa instituição. Discordo pelo seguinte: estão aqui presentes muitas das pessoas que trabalham na nossa instituição e são pessoas que têm muitos anos de trabalho. Algumas têm vinte, trinta anos de experiência, porque não existe hoje um curso, como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

os que existem em academias ou faculdades, onde as pessoas possam aprender essas funções.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Sra. Débora, eu gostaria que a senhora fosse bastante objetiva e concisa a respeito do procedimento legal.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Eu gostaria de expor a questão dos tratadores, porque eles nos acompanham nesses procedimentos todos os dias, estão em contato diariamente com os animais, E quando os animais do nosso plantel vêm a adoecer, a ter algum problema, ou mesmo quando esses animais vêm a óbito, eles são encaminhados ao Setor de Veterinária. No Setor de Veterinária, esses animais são examinados e é realizada a necropsia do animal. Nós anotamos em um livro toda a descrição do que foi observado e, em seguida, fazemos o laudo desses animais, justificando todas as questões observadas, e emitimos o atestado de óbito, que é a certidão de que aquele animal veio a morrer. Então, essa é a nossa sequência. E esses documentos são então armazenados em arquivo morto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Os documentos ficam armazenados em arquivo morto.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Em arquivo morto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Passo a palavra à Jornalista Ana Beatriz Magno.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO • Sr. Presidente, eu não estava naquele momento, pois fui tirar cópia dos atestados. Até agora, as cópias não chegaram.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Deputado, eu prefiro falar com os atestados em mão. Eu tenho algumas dúvidas e quero aproveitar a oportunidade para fazer o meu papel de jornalista e esclarecer as minhas dúvidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Sr. Raul Gonzales Acosta.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Bom, a título de esclarecimento **apenas**, eu gostaria de dizer que, por exemplo, todos os documentos que constam no relatório que nós não entregamos nós encaminhamos ao Ibama. Temos a argumentação de ter **recebido**, o carimbo de recebido, etc. O Ibama está em poder de todos esses documentos. Os **contratos**, os esclarecimentos sobre a questão dos animais, **aves**, répteis e mamíferos que constam no **relatório**, das amostragens que falam de 40%, **etc.**, esclarecimentos sobre os animais, os animais "taxidermizados"...

Inclusive, hoje nós já solicitamos ao Ibama o "lacre" desses animais "taxidermizados" justamente para se ter **mais** transparência e para poder a coleção ficar mais protegida. Já era protegida... mais protegida. Em alguns animais, o Ibama já fez o **lacre**. Inclusive, ele nos solicitou a relação dos animais "taxidermizados". Nós já a encaminhamos. Eu estou falando do ano passado. Encaminhamos a relação de todos os animais "taxidermizados".

Fique esclarecido isso quanto a todos esses documentos que no relatório, por algum motivo, eles colocaram que não foram entregues. Talvez não tenha havido tempo hábil para a entrega. Porque quando nós recebemos essa Comissão, no ano passado, nós tínhamos apenas uma máquina xerox para atender o Jardim Zoológico todo. E são documentos dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

quais se tem de *tirar* muitas cópias. Eu não estou dizendo que isso justifica, mas pode ter acontecido isso.

Hoje, nós já temos duas máquinas xerox. Talvez possa ser um processo um pouco demorado pois você tem que xerografar, etc. e tal. Mas o que interessa é que nós mandamos todos esses documentos na forma da lei.

Há uma questão *também* muito importante. Quem tem interesse pela vida, quem se preocupa com a vida, acho que terá de se preocupar com os dados que eu vou fornecer *agora*, dados muito interessantes. Para se ter uma idéia, nos últimos cinco anos o Jardim Zoológico de Brasília recebeu, entre aves, répteis e mamíferos, 2.304 animais dos órgãos de fiscalização. Dos órgãos de fiscalização, seja o segmento do Ibama, seja o segmento da Polícia Ambiental, de algumas ONGs que trabalham com essa questão e até de particulares!

Nós não recebemos animais de particulares, mas muitas vezes o cidadão chega ao Zoológico e diz, por exemplo: "Eu estou aqui com esse mico, com esse macaquinho, e vim aqui para *doá-lo*." Nós não podemos receber animais. Quem os recebe é o Ibama. Nós instruímos o cidadão, mas ele simplesmente solta o animal. Simplesmente solta. Quando vamos abordar o cidadão, ele já foi embora ou deixou o animal na portaria! Aquelas *trachemis*, aquelas tartaruguinhas, por exemplo, são deixadas lá na portaria! Quando o vigilante vai tentar abordar o indivíduo, ele já foi embora!

Então essa é a problemática que nós temos. *Agora*, por uma questão ética, nós recebemos todos os animais, obviamente através dos órgãos de fiscalização. A grande maioria desses animais chega num estado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

crítico porque alguém teve esse animal em casa e não lhe deu uma alimentação correta. Por exemplo, agora nós recebemos um lbama filhotinho de suçuarana que tem de ser cuidado pessoalmente. Temos de dispensar um técnico para cuidar pessoalmente desse filhote. E nesse caso há indícios de que o animal chegou com um problema ósseo. Por quê? Por problema de alimentação. Quem tinha o animal não sabia o que ele comia e não soube tomar conta desse animal.

Eu me recordo ainda de que há um tempo atrás uma suçuarana apareceu numa casa no Lago Norte. Gente, o que estamos fazendo com o nosso *habitat*, com o *habitat* dos bichos, com o meio ambiente, com a biodiversidade? O que nós estamos fazendo? Esse problema o Jardim Zoológico tem pois recebe todos os animais! Estão aqui os dados: 2.304 animais!

Nós temos um planejamento, obviamente. Somos uma unidade orçamentária: temos nosso orçamento e planejamos nossas contas. Normalmente, trimestralmente fazemos compras de comida, de material para o hospital veterinário... Mas tudo isso é furado! Esse mundo de animais que chegam de apreensões furam qualquer programação. E isso aqui é uma demanda desconhecida pois os órgãos de fiscalização... Eu estou aqui realmente para debater essa problemática.

Os órgãos de fiscalização saem hoje para as ruas para tentar fazer a repressão desse crime que é o tráfico de animais silvestres, mas eles não sabem o que vão encontrar! De repente, encontram um cidadão com cinquenta passarinhos ou quinze macacos. Eles não sabem o que vão encontrar. A não ser que tenha havido uma denúncia de que o cidadão tem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

quarenta macacos ou cinco passarinhos. Mas normalmente não sabem. E quando encontram, eles vão levar esses animais para onde? Para o Jardim Zoológico. Esse é o lugar que hoje, aqui, no Distrito Federal - vocês têm de ter orgulho disso! -, tem cidadãos preparados para receber esses animais.

E aí cresce essa problemática: o controle de tudo isso é muito complexo. É muito complexo o controle de tudo isso. Como dizia ainda há pouco a Dra. Débora, o animal morre e se faz a necropsia. Essa **necropsia**, após feita, vai para um livro de necropsias. Após lançado no livro, dá-se um laudo da necropsia e se faz o atestado de óbito. Então, essa inúmera variedade de animais é uma complexidade para se controlar porque não são animais da nossa coleção.

Nossa coleção está muito bem, obrigado. Eles têm uma dieta balanceada, são cuidados por médicos veterinários, por biólogos, por tratadores, enfim, são animais de coleção. Agora, os animais que chegam, vêm às vezes até com patologias que podem colocar em risco a vida do nosso plantel.

Por exemplo, três meses, mais ou menos, salvo engano, um circo abandonou duas leas no Estado do Rio de Janeiro, e nós tomamos conhecimento. Tomamos conhecimento porque conversamos com muitas pessoas. A primeira leoa morreu. O circo **simplesmente** chegou com umas jaulas dessas enferrujadas que eles usam e abandonou-as na frente da prefeitura do município. Abandonou-as simplesmente. Imaginem o prefeito desse município no interior do Rio, que não tem trato com animais silvestres, não sabe... E as leas em jaulinhas.

O Zoológico de Brasília é um zoológico correto...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Sr. Raul, por favor, como falei, precisamos resolver uma questão que é grave e que para mim ficou ainda mais grave quando a Dra. Débora afirmou que não reconhece a assinatura no atestado de óbito.

Eu quero saber o seguinte: a zebra Tucho, macho, nº de registro 1.678 está viva ou morta?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Eu vou lhe responder, sim senhor...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) • Viva ou morta?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Simplesmente lhe peço vênia, pois é importante eu terminar esse raciocínio.

Imediatamente eu vou lhe responder não só sobre a zebra Tucho, mas sobre os outros também.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Pois é.

É exatamente sobre isso que eu gostaria que nos atentássemos. Senão o tempo transcorre, e vamos ter de chamar uma outra comissão geral para resolver esse assunto.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Como eu disse no começo, vamos focalizar essa questão que é a mais grave.

Vejo que o depoimento da Dra. Débora inclusive nos coloca uma situação ainda nova: a possibilidade de esses documentos terem sido falsificados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Além do mais, consta do livro de registro da primeira vistoria, o seguinte: que nesse livro de registro a que ela se referiu aqui • o Zoológico possui livro de registro com todo o seu plantel -, "constatou que as anotações dos livros ocorreu de forma inadequada, havendo espaço entre linhas e muitas rasuras. Esses livros de registros serviam apenas ao controle interno, pois não apresentavam um termo de abertura nem de encerramento. Não tinham as páginas rubricadas pelo Ibama."

Então, tem-se esse livro de registro que está sendo feito de forma irregular e a declaração da Dra. Débora de que não reconhece a sua própria assinatura - e inclusive pede o original para que possa reconhecer a assinatura. Isso me leva ao entendimento de que a situação é mais grave do que imagino...

Eu quero saber se o Sr. Diretor-presidente do Zoológico tem resposta para isso. Ou seja, a zebra está viva ou morta? Se está viva, porque houve esse atestado de óbito? Ele está aqui, é factível e está em nossas mãos. O atestado de óbito está aqui presente. A jornalista Ana Beatriz Magno está com ele em mão.

Por que surgiu esse atestado de óbito? E, estando ele nas nossas mãos, por que a Dra. Débora não reconhece como sendo sua a assinatura nesse atestado de óbito? É disso que quero a resposta.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Primeiro, só para terminar a questão da leoa: nós a trouxemos e está no Zoológico de Brasília infectada, colocando em risco inclusive a nossa coleção de leões.

Como o senhor perguntou: a zebra está viva. Está no Zoológico de Brasília. Sempre. Nunca saiu do Zoológico de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - E por que existe um atestado de óbito?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não tenho essa resposta, Sr. Deputado.

Eu tomei conhecimento desses atestados oficialmente. Primeiramente, eu tomei conhecimento porque a jornalista **Beatriz** disse-me que esses atestados existiam. Um dia ela foi ao Zoológico e me disse: "Esses atestados existem". Eu disse: "Eu desconheço." Desconheço.

Em segundo lugar, tomei conhecimento oficialmente desses atestados no dia em que pegamos xerox do processo na 6ª Vara da Fazenda Pública através do nosso procurador da Fundação. Estavam apensadas as xerox desses documentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Só um momento, Sr. Raul.

Eu gostaria de pedir o concurso da jornalista Ana Beatriz para que se possa esclarecer essa questão dos atestados. Se ela viu os originais ou se teve acesso apenas às fotocópias. E as perguntas que ela gostaria de fazer.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO • Na verdade, eu fui muito surpreendida por esse caso porque eu sempre gostei muito do Jardim Zoológico. O Dr. Raul sabe disso. Há muitos anos, uma das primeiras matérias que eu fiz na vida, ainda na Isto é, foi em um jardim zoológico.

Realmente, eu me surpreendi quando soube que o Ministério Público estava investigando o Jardim Zoológico. Já havia três meses que o Ministério Público investigava o Jardim Zoológico. E uma Promotora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

historicamente muito **correta**, que não faz promoção **política**, uma Promotora muito acertada.

Basicamente, o documento do Ibama se dividia em dois assuntos: um assunto muito **estrutural**, da estrutura interna do Zoológico. Eu até fui ao Jardim Zoológico e observei isso. Não sou técnica e não era algo que me interessava do ponto de vista jornalístico. Agora, assim que eu li todo o documento do Ibama - e eu conheci algumas das pessoas que assinavam o relatório -, percebi que havia um caso muito grave. Se aquilo que estava sendo relatado... em relação não às condições dos animais, mas aos atestados e à doação, eu identifiquei um caso muito grave.

Eu fui ao Jardim Zoológico e conversei com o Dr. Raul. Ele me entregou a defesa dele, a defesa que ele havia entregado ao Ministério Público em fevereiro deste ano... posso estar errada, mas parece-me que foi em fevereiro deste ano. Logo no começo desse documento o Dr. Raul argumenta que os atestados de óbito não foram encontrados. Que ele procurou esses atestados de óbito, perguntou à Dra. Débora. Não encontrados, ele tinha absoluta convicção de que esses atestados de óbito não existiam.

Eu quase cometi um pecado jornalístico pois na primeira matéria eu ainda não tinha os atestados de óbito. Eu ainda não tinha nem visto cópia. Eu só tinha o documento do Ibama. Esse documento do Ibama se referia aos atestados de óbito mas não tinha a... Eu já não me lembro exatamente se foi numa sexta ou numa terça que eu consegui uma cópia desses atestados de óbito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

O que me chamou muito a atenção nesses atestados de óbito é que havia algumas coisas interessantes e algumas coisas interessantes inclusive em relação ao termo de doação. Porque são sete animais doados. Não sei se vocês já viram um termo de doação... O Ministério Público, ele não... E a própria Polícia Federal... Eu conversei com a Polícia Federal e o Ministério Público na Procuradoria da República, o Ministério Público Federal. Essa figura jurídica de doação... Inclusive, o Dr. Palhares, que é o representante do Ibama aqui, não reconhece essa figura jurídica da doação. A figura jurídica da doação... são sete animais doados, todos no mesmo dia.

Isso foi outra coisa que me chamou também bastante atenção. Porque são sete mamíferos de grande porte, todos doados no mesmo dia: 2 gnus, 1 cervo-dama, 1 cervo-nobre e 3 *waterbucks*. Todos doados no mesmo dia. Desses doados vivos, conforme está escrito aqui, "doados vivos", documento assinado, anexado na própria defesa do Jardim Zoológico, há três atestados de óbito datados do mesmo dia. Do mesmo dia e posterior à doação. Isso também me chamou atenção.

Quer dizer, o animal foi doado vivo e há um atestado de óbito. Todos doados vivos na mesma data - vale pensar como seriam transportados todos esses animais, mas enfim -, com atestados de óbito também da mesma data. Quer dizer, morreram no mesmo dia. Todos eles. Morreram no mesmo dia e coincidentemente depois da doação.

Outra coisa que eu também não consegui compreender é essa figura... Num primeiro momento, eu não sabia exatamente... Eu comecei a apurar essa matéria há bastante tempo e eu fiquei muito encrascada nessa figura da doação. Porque a lei permite que o Jardim Zoológico venda o seu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

excedente. Portanto, se o Jardim Zoológico poderia vender o seu excedente, por que ele recorreu...?

E essa é uma pergunta que na época eu não pude fazer para o Dr. Raul porque eu não tinha pensado sobre isso. Se o Jardim Zoológico poderia vender o seu animal, por que ele usou uma figura jurídica que não existe e doou animais que tem valor de mercado bastante elevado? E o Jardim Zoológico, como o Dr. Raul mesmo argumenta, vive problemas orçamentários. Ele poderia ter uma própria receita derivada da venda desses animais. Essa é uma dúvida jornalística que eu tenho.

Enfim, continuando nessa peripécia jornalística, o Dr. Raul chegou a dizer que os atestados de óbito não existiam. Portanto, como eu confio na palavra dele, fiquei um pouco imobilizada pela inexistência desses atestados de óbito até que consegui, no Ministério Público, esses atestados de óbito. E aí eu comecei a tentar perceber por que vão ser doados...?

O Dr. Raul fala na defesa dele, na defesa do Zoológico, que os animais foram doados para o Criadouro Noel. E eu comecei a procurar esse Criadouro Noel. No Ibama, não há o registro do Criadouro Noel, não é esse o nome do criadouro. No documento oficial de doação dos animais vem "Criadouro Noel". No documento do Ibama vinha "Criadouro Noel". Não há o nome Criadouro Noei, é um outro nome. É um outro CGC, a fazenda se chama Fazenda Serra Azul e o CGC...

Quer dizer, esse nome "Criadouro Noel" não existe. Só existia no documento do Ibama. Até que eu cheguei a esse Noel. Quem é esse Noel? Ele é um criadouro científico? Por várias vezes, fazendo matéria no Ibama, vários ambientalistas me diziam sobre a importância do criadouro enquanto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

instituição por **fazer** um papel ambiental de equilíbrio importante. Então, imaginei que esse criadouro fosse um criadouro científico ou conservacionista, que é quem desempenha esse papel. Tentei achar quem era esse criadouro. E esse criadouro tem um registro de criadouro comercial. **Portanto**, ele não era nem conservacionista nem científico. É um criadouro com registro comercial. E aí eu quis saber quem era esse criadouro comercial. O que ele faz? Ele vive uma situação bastante cômoda. Venho aqui e pego de graça - no documento do jardim zoológico diz isso - um exemplar de gnu, que foi vendido por um valor simbólico de R\$ 0,01 (um centavo de real). O Seu **Noel** tem autorização de vender esse gnu, uma autorização do **Estado**, legal, para vender um patrimônio público que ele recebeu doado. Isso é um grande negócio! Essa matéria parou em um determinado ponto: o que **foi** feito com esses animais? Esse criadouro - depois descobri isto - estava sendo investigado pela própria Polícia Federal por conta de doação de 140 animais do Jardim Zoológico de **Goiânia**, entre eles um animal **permutado** com o Jardim Zoológico de Brasília para esse mesmo criadouro em Goiás. Fui a esse criadouro em Quirinópolis, em Goiás. Os bichos são muito bem tratados. De fato, são. Só que nós não fomos tão bem tratados quanto os bichos. É um local muito impressionante! No meio do cerrado há **camelo**, macaco, **chimpanzé**... Agora, ele quer cobrar visita das escolas, fazer uma espécie de jardim zoológico. Ele disse que não iria me mostrar as coisas. Ele disse que não iria entrar nas áreas das cobras, das ariranhas... E não me mostrou. Eu disse que queria saber onde estavam os animais de Brasília. Ele disse: "Muitas vezes eu não vejo os animais. **Muitas** vezes vendemos os animais e eles sequer chegam aqui". Isso está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

na matéria. É lógico. Ele está certo. Ele é um **criadouro** comercial! Ele vende os animais! Eu perguntei para quem ele vendia e por quanto. Ele disse que só diria isso em juízo. Perguntei sobre os animais de Brasília. Ele disse: "Não vou lhe dizer se estão aqui". Há um pedaço dessa **matéria** que nós não sabemos. O que acontece com esses animais? Voltamos de Goiânia. O delegado responsável pelo inquérito na Polícia Federal em Goiânia disse que esse criadouro tem um *site* num domínio americano. Não tem o domínio ponto **br**, portanto não tem o domínio **brasileiro**. Para minha surpresa, após a matéria, o *site* continua lá: www.fazendaserraazul.net.com. Se vê ali todos os animais disponíveis. São 82 espécies de animais. Isso significa que esse criadouro tem mais bichos, mais espécies de animais que boa parte dos jardins zoológicos brasileiros. E a fonte desses animais são legais e que ele tem autorização do **Ibama** para fazer essa venda de animais, mas ele não diz - pelo menos para mim não disse - quais são as fontes desses animais. Espero que para as autoridades ele **diga**. Essa é a situação.

Sobre os atestados de óbito e os sete animais **doados**, não sabemos se já foram vendidos ou não. Se já foram vendidos, não sabemos para quem e nem por quanto. De fato, esse criadouro tem autorização para vender e vive só disso. Ele não é um criadouro nem conservacionista nem científico. E ele é o maior criadouro comercial brasileiro de animais silvestres e exóticos. Ele tem o maior plantel de animais silvestres e exóticos à venda no Brasil.

Se o livro "Brasil no combate ao tráfico de animais **silvestres**", que é muito **interessante**, no qual tem um artigo do Dr. Raul, estiver correto, o tráfico de animais não se movimenta por **meio** de pequenos caboclos, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

negociam um tracajá, uma cobra, um veneno de cobra, como eu imaginava. Não é assim que acontece. É um negócio que eu nunca tinha imaginado. Pega-se um patrimônio público, de graça ou doado, e o vende. Tudo acontece dentro do marco legal. Há autorização. Não existe ninguém fazendo nada fora da lei. Há autorização para vender e para comercializar.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, nessa linha de raciocínio apresentada pela jornalista... Na pergunta que fiz inicialmente, eu queria saber se existia alguma relação entre os lhamas adquiridos por uma senhora que é administradora do Lago Sul e a venda de animais mencionada nessas últimas matérias, citando o Jardim Zoológico. Um dos vendedores, do qual não consegui lembrar o nome, é justamente o Sr. Noel Gonçalves Lemes, que emitiu uma nota fiscal no dia 02.03.99 - trata-se daquela nota fiscal que conseguimos na fiscalização tributária; portanto, não é a nota fiscal da própria empresa -, na qual ele transfere a propriedade de um casal de lhama para Natanry Osório, que é administradora do Lago Sul, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Só que há um detalhe: paralelamente a esse documento da nota fiscal, recebemos a informação, que foi solicitada à Zoonose... um documento que é um recibo. Diz assim: "Recebemos de Natanry Ludovico Osório, no endereço tal, a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente ao pagamento da última parcela de um casal de lhama." Vejam que o valor da última parcela é de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Só a última parcela é maior do que a nota fiscal. Quantas parcelas devem ter sido pagas? Estranhamente, um outro casal de lhama foi comprado pela própria Sra. Natanry Osório, só que de um outro criadouro em Mato Grosso, Cárceres, que se chama Fazenda Santa Luzia de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Marcondes Sales Garcia, no dia 19.05.99, por R\$ 200,00 (duzentos reais). Um casal de lhama custou R\$ 200,00 (duzentos reais). Isso aconteceu no dia 19 de maio de 1999. Então, um casal de lhama que custou R\$ 200,00, com uma nota fiscal também no mesmo estilo da nota fiscal que vai para a Secretaria de Fazenda, para fazer o recolhimento, e, no outro, uma nota fiscal da Secretaria de Fazenda de Goiás. Mas os valores são tão díspares...

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - São patrimônio? Eu declaro à Receita sobre os R\$ 3.000,00, os R\$ 2.000,00 ou os R\$ 200,00?

DEPUTADO PENIEL PACHECO • A declaração do pagamento, pelo menos da circulação, é referente ao valor da nota fiscal. Portanto, houve sonegação fiscal, no mínimo, porque, se houve um recibo de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referente à última parcela, pela venda do casal de lhama, e a nota fiscal que existe é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), significa que foi pago um valor maior do que o que foi recolhido.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Então, a nota fiscal é um documento tributário?

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sim. É o documento hábil para comprovar a transação efetuada.

Tenho suspeita de que, além da aquisição de animais de forma duvidosa, ele também pode estar cometendo crime de sonegação fiscal, emitindo notas fiscais com valores inferiores aos valores que realmente foram pagos. A investigação precisa ser aprofundada por esta Casa. Parece-me que a nota fiscal emitida no Mato Grosso, em Cárceres, referente a outro casal de lhamas, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), é absolutamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

irrisória em comparação com a nota fiscal de um outro criadouro, no caso, o Sr. Noel.

Então, eu queria, Sr. Presidente, mencionar que esse assunto sobre a venda de animais precisa ser aprofundado. Sugiro que investiguemos isso junto ao zoológico. Há lhamas no zoológico?

SR. JESU JÁCOMO - Há, sim.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Em 1999, ou mesmo antes, algum lhama morreu, foi transferido ou doado?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Em 1999, nunca fizemos. Bem, pelo menos até 1997 e de 1999 para cá, nunca fizemos nenhuma transação. Chegamos até mesmo a receber a ligação da Sra. Administradora, que nos consultou se poderia, um dia, receber os animais que ela tem. Se um dia, caso ela achasse conveniente se desfazer desses animais, poderíamos receber um ou dois **exemplares**, algo assim. Dissemos que tínhamos recinto e que tínhamos dois indivíduos. Salvo engano, temos uma **fêmea**, que trouxemos do zoológico de Bauru, nascida lá, e um macho mais **antigo**, para tentarmos a reprodução.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - O zoológico de Brasília nunca fez nenhum tipo de **doação**, transferência ou permuta?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não. De lhama, não.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Sr. Raul, além dos sete animais **doados**, constantes da documentação, o Jardim Zoológico de Brasília já doou outros animais ao criadouro Noel?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Para complementar essa pergunta, eu gostaria de saber se doou ao zoológico de Goiânia, com comprovação?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não. Eu gostaria, primeiro, com a vênia do Deputado, de responder se doamos, pois essa coisa ficou no ar, não ficou esclarecida. Só se ouviu a questão da denúncia.

Com relação à parte legal, peço ao nosso Procurador Jurídico que explique por que foi feita a doação e, posteriormente, responderei a questão de Goiânia.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Quero voltar à questão dos atestados de óbito.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Sim. Eu quero esclarecer primeiro...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Essa questão não ficou resolvida.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Claro. Mas precisamos, democraticamente, usar da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Está bem. Eu gostaria somente de não deixar esmaecido aquilo que considero mais grave: o surgimento dos atestados de óbito.

Concedo a palavra ao Procurador.

SR. PROCURADOR - Sr. Deputado Chico Floresta, digníssimo Presidente desta comissão; Prof. Ênio Dutra Fernandes da Silva, Secretário de Administração de Parques; Srs. Deputados; demais componentes da Mesa; meus senhores e minhas senhoras, esclareço à colega Ana Beatriz -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

que disse não conhecer a doação, que disse não existir a doação em nosso direito - que ela se equivoca redondamente. No nosso Código Civil, desde os tempos primórdios, existe, sim, a doação e ela pode ser feita por órgão público. Está no art. 27, se não me falha a memória, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983. O órgão público pode, sim, fazer doação. E o zoológico fez uma doação ao criador Noel em 26 de setembro. O termo de doação foi feito à empresa Noel Gonçalves Lemes (microempresa), com o CGC nº 03653258/0001-85. Tenho em mão um documento do Ibama que diz que o Sr. Noel Gonçalves Lemes (ME), com o mesmo CGC, é registrado naquele órgão. Então, se há o registro do criador no Ibama, podemos, sim, negociar com ele. Não há ilegalidade nenhuma quanto a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Um termo de doação, no caso, caracteriza um negócio com ele?

SR. JESU JÁCOMO - Caracteriza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - O senhor acabou de dizer que é um negócio.

SR. JESU JÁCOMO - Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Isso é exatamente o que estamos questionando. Quanto à legalidade, parece-me que está sendo questionada pelo Ministério Público. E a moralidade? Não se trata apenas da legalidade.

SR. JESU JÁCOMO - Chegarei a esse ponto, Deputado.

Se a lei autoriza o criadouro, não podemos questioná-la. Se a lei autoriza que um criador faça a venda, a comercialização de animais, não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

somos nós que vamos proibir. Não podemos ir contra a lei. Temos de mudar a lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A própria jornalista falou que tudo transcorre legalmente por uma situação que, no meu modo de ver, é imoral. Agora, para mudar essa situação imoral, deve-se modificar o regime das leis.

Quero entender o seguinte: se isso pode ser feito de maneira legal, com o registro do Ibama, o termo de doação, como aparecem atestados de óbito absolutamente fictícios?

SR. JESU JÁCOMO - Chegarei a isso, Deputado. Fizemos a doação no dia 26 de setembro de 2002. O Ibama liberou o transporte dos animais. O Ministério da Agricultura forneceu o GTA, que, para ser obtido, tivemos de apresentar um atestado assinado por uma veterinária - se não me engano, Dra. Carla -, comprovando que os animais estavam vivos naquela época.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) • Mas o senhor não explicou o atestado de óbito. É isso que quero saber.

SR. JESU JÁCOMO - Vou chegar aí, Deputado. Se os animais saíram daqui vivos, com atestado de saúde, não poderiam estar mortos naquela época. Os atestados de óbito a que o senhor se refere são posteriores ao envio deles. Enviamos no dia 26 de setembro, e os atestados são dos dias 10 e 20 de outubro. Dez e vinte dias depois. Um dos dias, não me lembro se 10 ou 20, era domingo, e o pessoal do zoológico não trabalha aos domingos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A Dra. Débora levantou aqui os procedimentos que são adotados no Zoológico para atestar o óbito de animais. Os tratadores • já conhecemos a seriedade do trabalho de vários deles - que estão em contato com os animais levam aquele animal, ainda doente, menos em casos de morte súbita, para a veterinária. Na veterinária, os animais são analisados e, se vierem a óbito, são encaminhados para fazer a necropsia. Depois disso, é feito o laudo e, efetivamente, emitido o atestado de óbito, que fará parte de um arquivo do zoológico.

Portanto, esta é a questão que não quer calar: como aparecem esses atestados de óbito se esses animais já haviam sido doados? E por que, nos livros de registros do zoológico, há essas lacunas, que a vistoria do Ibama considera irregulares?

DRA. DÉBORA SOBOLL - Eu gostaria de explicar.

Quanto à questão dos livros de registro, temos livros de registro do zoológico que datam de 1956, e de 1972. Na época, não havia essa legislação do Ibama dizendo como deveriam ser esses livros de registro. Esses livros de registro a que o Ibama se refere são os livros onde se anota o nascimento ou a aquisição de um animal dentro do zoológico. Esses animais são numerados seqüencialmente, com números tipografados, em um livro timbrado, com páginas numeradas. Os animais vêm um em seqüência do outro. E foi feito o manuscrito disso. Foi dada continuidade a esse livro de acordo com o pessoal técnico que estava trabalhando. Tivemos vários técnicos, várias pessoas que, durante muitos anos, fizeram esse controle. Mas V.Exa. há de convir comigo que, muitas vezes, as pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

têm algumas maneiras de fazer um relatório, ou uma documentação, ou de fornecer os dados por escrito. Nesses livros, são anotadas tanto a entrada do animal como a saída deles. Hoje continuamos com esses livros antigos. Quando o animal, por exemplo, vem a óbito, isso é registrado: saída do animal por óbito. Ou, se for o caso: saída do animal por *permuta*, ou por empréstimo, ou por doação. São várias as maneiras de isso ser registrado nesses livros. Agora, os animais a que estamos nos referindo e que foram enviados ao Noel constam desses livros de entrada porque são todos animais nascidos no zoológico. Não vieram de fora e são todos animais exóticos. Esses animais constam como "saída" e não como "óbito". Nos livros de registro que temos, *existem*, é claro, rasuras, como: *percebe-se* que a data não foi dia 26, foi dia 27. Então, vão lá e escrevem *isso*, porque os livros são manuscritos. Não são como nos de hoje, quando temos a informática. Na *época*, eles eram feitos dessa maneira, e foi dada uma continuidade. Quando estivemos com o pessoal da vistoria do Ibama, eles disseram: vamos fechar esses livros como eles estão e vamos abrir nossos livros. Os livros que hoje temos, desde, se não me engano, agosto do ano passado, são livros onde anotamos o registro do animal. E ele vem sendo feito de acordo com a normativa, com as *solicitações* e com as informações do Ibama. Desde *agosto*, temos esses livros novos. Um funcionário do Ibama foi ao zoológico e *encerrou* os livros antigos, que são datados de há muito tempo. Abrimos esses livros novos e fizemos esses novos registros.

Quando os animais estão no zoológico, desde que eles nascem até que morram, além do registro no livro, eles recebem uma ficha que se chama "ficha individual", que é a ficha biológica do animal. Ali você anota o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

acompanhamento: de quando o animal entrou no cio, de quando teve filhote. Anota-se, nessa ficha, a *morfometria*: como o tamanho do nariz e todas as demais características do animal. Se esse animal vem a óbito ou se ele sai do zoológico temos anotado nessa ficha: "o animal saiu na data tal, para lugar tal" ou "o animal veio a óbito na data tal". Tudo isso é anotado. Temos as fichas desses animais e temos esses livros de registros. Neles, constam os animais que saíram para a criadouro Noel. Não constam como atestados de óbitos. Esses atestados de óbitos não foram apresentados ao Ibama, na referida data, porque eles não constavam.

Eu gostaria de fazer mais um relato que considero importante constar. Como, muitas vezes, ocorrem equívocos, a exemplo da questão das aves, por exemplo: o relatório do Ibama diz que, dos dez animais avaliados, quatro deles apresentaram problemas - ou não tinham *atestado*, ou não tinha entrada, ou não tinha licença do Ibama, em suma, faltava alguma coisa. Todos esses documentos nós apresentamos ao Ibama também, quando foram solicitados. Porém, o relato do Ibama diz que entre as aves, um dos casos, é o do *Dendrocygna Viduata*, um exemplar que consta do livro, com registro datado de 1/03/03, e que não está mais no plantel, e não há nenhum documento indicando a origem e o destino desse espécime. Nós procuramos esse animal em todos os livros de registro e não encontramos. Não há falta na numeração de páginas, não há rasura, e nós não encontramos esse animal, que é um patinho. Inclusive, consta aqui, no relatório do Ibama, que ele foi encontrado, no livro de registro, em tal data, apesar de nós não o termos. Nós olhamos, verificamos todos os livros de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

registro para verificar se realmente esse animal **estava**, e esse animal não consta do nosso livro de registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Mas, do que a senhora falou, uma coisa me chamou a atenção: todos os documentos são numerados. E esse atestado de óbito não está numerado. Eu gostaria de **saber**, mais uma vez: essa assinatura é da senhora ou não?

SRA. DÉBORA SOBOLL - Esse documento é uma cópia. É o que eu te afirmo. Nesse **documento**, eu não reconheço a assinatura.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A senhora pode fazer o favor de apor a sua assinatura original neste **documento**, acima desta outra?

SR. JESU JÁCOMO - Deputado, o senhor me perdoe a intromissão, mas só se pode verificar se a assinatura é ou não é verdadeira através de uma assinatura comum, normal, feita num documento normal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Mas ela tem uma carteira de identidade, em que ela faz a assinatura legal. É isso que eu estou pedindo: que ela reproduza essa assinatura neste documento.

SR. JESU JÁCOMO - O documento, em fotocópia, não tem valor jurídico nenhum.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Não é essa questão. Eu estou pedindo, e ela pode se recusar porque tem todo o direito jurídico de se recusar. Não se trata aqui de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas eu estou pedindo que ela reproduza a assinatura dela, conforme a constante em carteira de identidade. É só o que eu peço. Acima daquela assinatura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

SR. JESU JÁCOMO - Eu acho que ela não deve fazer. Eu acho que V.Exa. não pode exigir isso dela.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Eu não estou exigindo. Ela está no uso do seu livre arbítrio. Mas o que eu estou tentando falar, desde o começo, é que esses animais saíram e têm o atestado de óbito assinado por ela. Então, nós vamos atrás. Podem até ter sumido os originais, mas nós vamos requerer judicialmente a assinatura da senhora.

SR. JESU JÁCOMO - Perfeitamente. É um direito, um dever de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A senhora se recusou aqui a fazer uma assinatura conforme a da carteira de identidade.

O senhor não foi chamado para a Mesa. Desculpe-me...

SR. JESU JÁCOMO - V.Exa. que me chamou. V.Exa. me chamou...

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PENIEL PACHECO - Sr. Presidente, eu queria apenas ponderar, com V.Exa., que, considerando ser esta uma sessão de Audiência Pública, e que, certamente, nós queremos esclarecer dúvidas que dizem respeito ao interesse público, pois não estamos aqui para fazer nada de natureza ideológica ou partidária, eu queria pedir a V.Exa. que, em vez de pedir à Sra. veterinária do zoológico que reproduza a própria assinatura -



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

porque isso é extremamente frágil -, que nós encaminhássemos o pedido de realização de exame grafotécnico por intermédio da perícia da Polícia Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) • Claro, é o segundo passo. Mas imediatamente o meu pedido poderia atendido.

DEPUTADO PENIEL PACHECO • O exame grafotécnico tem poder legal, inclusive, para esclarecer se a assinatura corresponde ou não à assinatura corrente feita pela Sra. veterinária. Eu queria só fazer essa sugestão, pedindo a V.Exa. que solicitasse da Segurança desta Casa o encaminhamento do pedido à Polícia Civil, para que seja feito o exame grafotécnico.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Claro. Esse seria o procedimento posterior ao meu encaminhamento. Evidentemente que deixei aqui muito claro que seria do livre arbítrio da Dra. Débora Soboll assinar ou não.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU - Exmo. Sr. Presidente desta sessão, Deputado Chico Floresta, demais autoridades, público presente, Deputada Erika Kokay e Deputado Peniel Pacheco, quero inicialmente parabenizar o Deputado Chico Floresta e esta Casa que, por consenso, aprovaram a realização dessa comissão geral para debater tal tema que considero importante.

Cheguei a este plenário há uma hora, e prestei muita atenção aos depoimentos que aqui ocorreram. De fato, até o momento não pude perceber, de maneira muito clara, por parte do membros do Jardim Zoológico de Brasília, uma argumentação que levasse esta Casa ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

convencimento de que ali não há nenhum tipo de irregularidade. Aguardei. Percebi o “ping-pong” que foi feito, o pinga-fogo.

Esse último ato da veterinária de se recusar a fazer uma simples assinatura, que é muito mais um simbolismo... De fato é muito estranho haver atestado de óbito assinado por alguém, xerox ou o que for. A pergunta que o Presidente fez é muito clara. Não perguntou se era original ou se era xerox; mas se aquela assinatura era **dela**. Pelo que percebi na primeira intervenção da veterinária, ela confirmou que era dela. Pelo menos parece ser a dela. O que ela não pode dizer é se é autêntica. Mas que a assinatura é semelhante a sua assinatura, é. Se é autêntica, ela questionou. Foi isso que entendi. Portanto, nesse aspecto, a intervenção do Deputado Chico Floresta foi correta.

Agora, Deputado Chico Floresta, eu realmente queria ouvir do representante do Jardim Zoológico, de maneira muito sucinta, qual é - historicamente - o procedimento quando um animal vem a óbito. Qual é o procedimento do Zoológico?

Quando se refere a esses atestados, com as datas de... Se não me engano, bem dito pela jornalista aqui da mesa, na mesma data, com 5, 7, 10 dias de diferença. Que seja, dez dias de diferença. Sete animais, não é isso?

(Discussões fora do microfone. Inaudíveis.)

DEPUTADO PAULO TADEU - Seis animais, sete doações ... Perfeito. Quero saber o seguinte: qual o procedimento do Jardim Zoológico? Quem fez, de fato, o atestado de óbito desses animais? Vocês atestaram.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Alguém fez. Quem é o responsável por esse procedimento dentro do Zoológico? Quem é a pessoa responsável?

DR. RAUL GONZALES ACOSTA - Nobre Deputado Paulo Tadeu, respondendo a sua perquirição: quando um animal vem a óbito, ele vai para necropsia. Depois da **necropsia**, os dados são lançados em um livro de necropsia, descrevendo o motivo pelo qual o animal veio a óbito e os achados de necropsia. Está certo? Posteriormente é feito o laudo de necropsia e os atestados de óbito.

O fato é que desses três animais... São quatro atestados, sendo um da zebra e mais três animais que foram para **Noel**. O fato é que, desses três animais que foram para o criador **Noel**, não há nenhum registro no Zoológico. No livro de necropsia não consta essa necropsia, porque essa necropsia não foi feita. O animal está vivo.

Segundo: não há nenhum dado. Na ficha do bicho, que é outro documento público e legal • a ficha biológica do bicho -, consta a saída para **Noel**, animal vivo.

No **Ibama nacional**, na sede do **Ibama**, que, na oportunidade, expedia licença do transporte para poder **encaminhar** o animal para o criadouro **Noel**, consta um processo no qual solicitamos a transferência desses animais para o **Noel**. Consta do processo a licença e, inclusive, quem emitiu essa licença do transporte na época foi o Coordenador Nacional de Fauna, de animal vivo.

Procuramos na época • obviamente não sou eu que procuro, mas falo a instituição - o Ministério da Agricultura para emitir a GTA, ou seja, Guia de Transporte Animal, para verificar as questões de zoonoses, pois você



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

pode estar levando uma zoonose para outro estado, de animal vivo. Os animais saíram do zoológico como animal vivo.

Aí, posteriormente, dez dias depois, **aparece**, pelos documentos, como vemos que está sendo falado aí, aparece essa questão.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Raul, então o senhor poderia afirmar a esta Câmara que esses atestados são falsos?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Deputado, eu raciocino de duas formas. Vou abrir meu coração para o senhor sobre o que estou pensando.

Primeiro, um caminho: são falsos. Segundo caminho, e isso eu tenho dito diversas vezes: houve um equívoco. Aí temos de ver quem cometeu esse equívoco, porque veja bem...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Nesse caso, Sr. Raul, a responsabilidade - e eu queria que o senhor confirmasse isso - não é apenas de uma pessoa, porque a própria veterinária afirmou que os tratadores, aqueles que cuidam dos animais, têm conhecimento dos óbitos.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Claro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Então, se aparecem **óbitos**, significa que aqueles que estão cuidando daqueles animais sabem desses óbitos,

SR. RAUL GONZALES ACOSTA • Com certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Então como é que aparece um atestado de óbito dos animais que estão vivos e os tratadores não têm conhecimento de óbito? Como é que isso apareceu?

Essa é a pergunta do Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Deputado, o senhor não me deixou terminar. Por favor. Estou abrindo meu coração, o que estou pensando.

Eu poderia dizer que são falsos. Para mim são falsos, mas sempre temos de pensar em outro caminho. O que pode ter acontecido? Pode ter acontecido um equívoco. Agora, eu não se lhe falar que equívoco aconteceu. Pode ter acontecido que alguém fez esse atestado, não necessariamente a Dra. Débora. É isso que falo, entendeu? Agora, eu não sei lhe explicar. Estou abrindo meu coração. Estou falando de uma forma pura. Não estou aqui querendo defender. Não estou querendo defender nada.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Raul, só mais uma pergunta.

Bom, para mim está muito claro: os atestados são falsos ou houve um equívoco proposital, pois ninguém vai atestar um óbito se não viu o animal, se não fez lá...

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Várias pessoas são funcionárias do zoológico.

DEPUTADO PAULO TADEU - Perfeito.

Pergunto ao senhor o seguinte: quando o senhor teve conhecimento desses atestados, quais foram as providências que a direção do Zoológico tomou diante desse fato incontestado de que houve falsidade ou, vamos chamar assim, equívoco?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Deputado, já estamos em sindicância. Eu não posso me manifestar porque, obviamente, eu intervenho nesses trabalhos de sindicância.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

DEPUTADO PAULO TADEU - Deputado Chico Floresta, quero apenas dizer que parablenzo a reportagem que trouxe à baila toda essa situação do Jardim Zoológico. No mínimo, por tudo que foi dito pela veterinária, inclusive com relação ao pato - enfim, que tinha, que não tinha, sei lá o que aconteceu com ele -, é necessário reforçarmos a organização e a fiscalização dentro do Jardim Zoológico. Essa talvez seja a primeira providência a ser tomada, porque estamos neste momento aqui avaliando e fazendo este debate mas não sabemos o que está acontecendo com os demais animais que lá estão.

Segunda questão; se não me engano a Polícia Federal está fazendo uma investigação com relação a esses atestados de óbito. Não é isso? A Polícia Federal está fazendo, tem uma sindicância aberta... Acredito, Deputado Chico Floresta, quero propor a V.Exa. que esta Casa, por meio da comissão da qual V.Exa. é Vice-Presidente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, possa acompanhar isso, porque este é o papel do Poder Legislativo. Não existe outro papel mais importante do Poder Legislativo que não seja o de fiscalizar as ações do Poder Executivo. Então, quero sugerir a V.Exa. que possamos acompanhar essa sindicância e, na medida do possível, acompanhar as investigações, porque não é só o fato de abrirmos este debate que se consolida ou acaba o nosso trabalho.

Acho que temos muito mais o que fazer diante desse fato, que é um fato gravíssimo. Se está havendo tráfico de animal, é muito grave. Se está havendo falsificação de documento, também é muito grave. Se está havendo equívoco de servidores, também é muito grave. Se está havendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

sonegação, também é muito grave. Então, sob todos os aspectos apontados, a situação é muito grave.

Não quero ser leviano de acusar ninguém, até porque não poderíamos julgar e condenar qualquer pessoa antes das apurações concluídas, mas quero aqui dizer que esta Casa tem o dever legal de acompanhar essas investigações, doa a quem doer. Alguma coisa aconteceu; algum erro foi cometido; alguma falsidade foi cometida, e temos que dizer para a sociedade quem são os verdadeiros responsáveis por essa situação que, muitas vezes, foge até mesmo do controle das autoridades - sabemos que isso pode acontecer.

Quero propor, por mais que seja legal, que o Jardim Zoológico não faça mais doação de animal em hipótese nenhuma para criadouros com caráter comercial, porque é um absurdo completo! O Poder Público financia, cria, trata e, depois, passa para um “esperto” que vende o animal por duzentos, três mil ou sei lá por quanto!

Então, uma das providências que devem ser tomadas é acabar com a doação de uma vez por todas na história do nosso Jardim Zoológico. E se tiver que fazer, faça-o, como bem disse a jornalista, para criadouros científicos ou conservacionistas.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PAULO TADEU - Ouço o seu aparte.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Essa foi uma doação qualificada, Deputado Paulo Tadeu. O nosso secretário, já há bom tempo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

está pedindo que eu diga que foi doação qualificada. Acho que cheguei até a conversar com a nobre jornalista sobre isso.

Recebemos um rifle, arma que temos para fazer a contenção química; não é arma para matar gente. A arma para fazer a contenção química foi doada por Noel e incorporada ao patrimônio. No dia 30 de setembro, salvo engano, os animais deixaram o zoológico. No dia 1º de outubro, o Sr. Noei entregou o rifle com todos os apetrechos.

Por duas vezes, já tínhamos tentado licitar esse rifle e ninguém tinha cotado, porque é um equipamento importado etc. Às vezes, compramos o equipamento e não temos os apetrechos, o material de consumo. Ele nos enviou o material de consumo para cinco anos de serviço, por isso ainda temos bastante material de consumo. O que seria esse material? São seringas, são dardos, são detonadores, enfim, o que usamos para fazer a contenção química do animal.

E o rifle? Esse rifle, hoje, forma parte do nosso plano de emergência, que também é outra questão interessante. Trata-se de uma doação qualificada. Peço perdão por não ter dito isso anteriormente. Cheguei a comentar, mas não falei publicamente. Quando se afirma que se pegou um patrimônio público e que não houve nada em troca, houve, sim. Temos todos os registros.

Se os senhores nos permitem, encaminharemos ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Legislativa o processo completo da incorporação do rifle para que S.Exa. possa confirmar as datas que estou dizendo. Hoje, ele é patrimônio do Governo do Distrito Federal, assim como todo o material de consumo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

DEPUTADO PAULO TADEU - Por fim, Deputado Chico Floresta, quero propor a V.Exa. o seguinte: não existe, neste momento, pessoa mais importante a ser ouvida do que o Sr. Noel, o dono da arca. Temos que utilizar os instrumentos legislativos legais para trazer esse senhor até esta Casa para realizarmos uma oitiva com ele.

Como foi relatada aqui, a maneira como ele recebeu a equipe de reportagem foi estranha. Na minha opinião, quem não deve não teme. Quem está fazendo as coisas certas, de maneira legal e moral não tem que esconder absolutamente nada de ninguém. E o relato feito pela jornalista e pela imprensa é muito claro.

Então, esse senhor, para mim, é peça chave.

Deputado Chico Floresta, quero propor que a segunda etapa desta nossa comissão geral seja com a presença desse senhor. Devemos usar todos os instrumentos legais que este Poder tem para trazê-lo até aqui para que ele possa responder perante a opinião pública e os Deputados sobre todo esse conjunto de dúvidas que ainda cerca esse assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Deputado Paulo Tadeu, caso não seja possível do ponto de vista legal, já que ele se encontra no Estado de Goiás, sugiro que a nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e mais os Deputados interessados dirijam-se ao criadouro com uma equipe do Ibama nacional. Se Noel não vem até a arca, vamos até a arca de Noel. Esse assunto, de fato, precisa ser esclarecido.

Passo a palavra à jornalista Ana Beatriz Magno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Dr. Raul, eu queria saber, de fato, quantos animais já foram doados do Jardim Zoológico para o Sr. Noel?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Oito.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Só esses?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Oito animais.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Em toda a história do zoológico, só esses oito?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Eu tenho conhecimento oficial apenas desses oito animais. Posso estar enganado, mas eu fiz um levantamento. São oito animais em toda a história da minha gestão.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Sr. Raul, como é esse procedimento da escolha do Noel? Como ele chega até o zoológico?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Posso chamar de novo o Procurador para ele explicar?

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Eu não estou dizendo do ponto jurídico. Estou me referindo à forma como ele chegou até o zoológico. Por que foi para esse criadouro e não para outro?

Eu cheguei a consultar uma loja que hoje existe em São Paulo e que tem licença legal para vendas de animais. **Obtive** informação sobre alguns preços do ponto de vista informal, inclusive não escrevi sobre isso. Um antílope, um gnu, por exemplo, é vendido no mercado internacional legal, não ilegalmente, por cerca de dez mil dólares. Essa foi a informação que eu **tive**, mas, enfim, que sejam dois mil dólares, que sejam cinco mil dólares, que sejam vinte reais, é mais do que um centavo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Então, eu quero saber por que motivo o Jardim Zoológico optou pela doação.

O senhor falou de um rifle. Quando eu lhe entrevistei, o senhor não disse do rifle, mas eu queria saber se o fato de ter sido um rifle trocado por esses animais, não se caracteriza, portanto, uma figura de permuta e não de doação como está no documento?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não, chama-se doação qualificada.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Raul, vocês têm essa relação apenas com o Noel ou têm relação com outros criadouros?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - O Jardim Zoológico de Brasília tem relação com inúmeras pessoas, principalmente inúmeros zoológicos e alguns criadouros, não muitos.

DEPUTADO PAULO TADEU - Quais criadouros?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Temos com o Sr. Branco. Não se chama Branco o criadouro, mas me lembro dele, Branco Kalahari. Quero esclarecer que são criadouros devidamente legalizados no Ibama, não tem nada ilegal.

Com esses que o Deputado Peniel Pacheco expôs, não temos relação alguma. Esses do Mato Grosso, eu nem sabia que existiam.

(Assume a Presidência o Deputado Chico Floresta.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Continua com a palavra o Sr. Raul Gonzales Acosta.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Diretor, o senhor me permite um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Sim.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Muitos dos animais que recebemos do Ibama - e o senhor citou hoje, cerca de 2.300 animais - ficam alojados no Zoológico até que consigamos uma destinação para eles, porque, é óbvio, não podemos alojar todos os animais que recebemos em nossa instituição.

Então, muitas vezes, em conjunto com o Ibama, esses animais são encaminhados a criadouros conservacionistas, a criadouros comerciais, a outros zoológicos ou pessoas afins. Todos esses animais, quando da sua saída do Zoológico, são autorizados e muitos criadouros para os quais esses animais são passados juntamente com o pessoal do Ibama, esses criadouros podem, sim, receber os animais. O encaminhamento dos animais considerados silvestres é de autonomia e competência do Ibama. Os animais exóticos são de competência do Ministério da Agricultura. Mas mesmo para estes, solicitamos ao Ibama que eles sejam acompanhados.

Cito, como exemplo, a questão das lhamas. A lhama hoje é considerada um animal doméstico, e os animais domésticos não necessitam da licença do Ibama para haver a autorização do deslocamento do animal para outra instituição. Precisamos, simplesmente, ter a GTA - Guia de Transporte do Animal de uma região para outra.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Sr. Adilson Pinto Gil.

SR. ADILSON PINTO GIL - Especificamente sobre a questão da Lama glama aqui levantada, enviei uma resposta técnica a esta Casa. A Lama glama está inclusa na Portaria nº 93, de 1998, como fauna doméstica, ou seja, a Lama glama seria como se se importasse hoje - e estou usando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

um exemplo do nosso dia-a-dia - um gato **siberiano**. Se se importar um gato, desde que cumpridas as normas do Ministério da Agricultura com a GTA, não há tramitação junto ao **Ibama**. A tramitação é a GTA. Eu enviei a algum Deputado desta Casa uma comunicação técnica com referência à Lama glama.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Eu gostaria de retornar, Deputado Peniel **Pacheco**, à questão dos atestados de óbito.

Pergunto à Dra. Débora Soboll: há quanto tempo a senhora trabalha no Zoológico?

SRA. DÉBORA SOBOLL - Há quatro anos e quatro meses.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Nesse período, é evidente que vários atestados de óbito foram conferidos pela senhora e todos seguindo os critérios aqui relatados.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Todos eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Então, cause-lhe espécie o aparecimento deste documento?

Como procedimento desta Comissão Geral, solicitaremos o exame grafotécnico para compararmos as assinaturas. Os procedimentos legais serão adotados para que eles sejam realmente legais.

Eu gostaria de **saber, também**, a respeito da sua experiência anterior: onde trabalhou, qual a sua experiência anterior de trabalho.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Eu me formei e fui trabalhar no Zoológico de Brasília.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Está certo. Uma das conclusões desta Comissão **Geral**, que na verdade ainda terá um prosseguimento, é a avaliação desses documentos.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer novamente que nesse período, em 2002, dentro do Zoológico, nós recebemos funções específicas para trabalho, onde nós assumimos, como os médicos veterinários ou biólogos, responsabilidades e onde determinados serviços são colocados para determinada pessoa.

Em 2002, como eu já lhe falei, eu trabalhava com aves e pequenos mamíferos. Nós tínhamos uma veterinária que trabalhava exclusivamente com grandes mamíferos e outra veterinária que realizava somente as necropsias de aves, répteis e mamíferos. Era uma única pessoa que fazia a execução de todos esses trabalhos. **Eventualmente**, outros veterinários realizavam necropsias e atestados de óbito quando essa veterinária estava de folga ou estava em seu período de férias, ou **seja**, quando estava em afastamento legal, nesse caso outro veterinário realizava os procedimentos.

Sobre os atestados, é importante frisar que dois deles estão datados do dia 20 de outubro. Dia 20 de **outubro**, como foi colocado pelo nosso Procurador, era um domingo, e nesse domingo havia um outro veterinário que estava de plantão para a realização de qualquer procedimento que fosse necessário, porque nós também trabalhamos em esquema de plantão nessa fundação.

É isso que eu gostaria de deixar claro. Esses atestados não constam nas fichas, não constam nos livros, não constam do livro de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

necropsia, porque hoje não existe como você falsificar ou incluir um animal dois, três ou quatro anos depois. Por **exemplo**, hoje eu quero colocar no livro de registro um animal que morreu em 2002, só que eu não tenho como fazer isso, pois tudo está seqüenciado e não há espaço ou data nesse livro para você conseguir fazer a inscrição de um novo animal. Portanto, esses documentos, esses livros todos estão disponíveis e neles não constam a descrição desses atestados, ou seja, não há nenhuma outra descrição da autorização dada pelo Ibama para esses animais e nem sobre o criadouro que recebeu esses animais vivos. Nesse caso, esses atestados não tem porque fazerem parte desse contexto. Eles vieram a aparecer posteriormente. Não constam no álbum do Ibama, não constam nos nossos arquivos, eles vieram a aparecer não se sabe por quem, pois no Ministério Público nós não sabemos, porque, muitas vezes, essas pessoas são covardes e não sabem enfrentar e dizer por que estão fazendo as denúncias. Além disso, quero dizer que, muitas vezes, existem rixas, competições entre as pessoas dentro de qualquer fundação, muitas vezes até dentro de famílias ou mesmo de vários órgãos. Portanto, são questões que, posteriormente, poderemos levantar. Por que isso aconteceu? porque vieram a aparecer ou foram apresentados esses atestados. Nós não temos nenhuma outra evidência de que esses animais tenham morrido, de que houve uma irregularidade, de que houve tráfico de animais. Por que animais traficados só para a empresa Noel? Por que não para outros criadouros? Por que não para outras instituições? Outros zoológicos? Por que exclusivamente com esses documentos? E inclusive isso veio à tona, ao público, à população, antes mesmo de o Ibama tomar conhecimento. Todos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

esses documentos foram apresentados ao Ministério Público, foram enviadas cópias. E eu pergunto: os documentos eram originais? Nós precisamos dos originais para fecharmos toda essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - A resposta da Dra. Débora apresenta novas implicações que envolvem outros funcionários do Zoológico. Aqui foi dito, de maneira muito clara, que pode estar havendo rixas dentro da fundação, o que implica que outros funcionários podem ter falsificado a assinatura da veterinária, ou, já que nós estamos no terreno das hipóteses, que isso fique claro, existe um esquema desconhecido pela veterinária, desconhecido do Diretor, mas um esquema que nós queremos investigar e nós não vamos parar essa investigação. E além do exame grafotécnico, porque claro, a assinatura é presente, repito, será feito com todos os procedimentos legais cabíveis. Primeiro, eu gostaria de solicitar ao Diretor-Presidente, o acesso a esses livros de registros. Eu acho que, mais do que nunca, em função daquilo que foi levantado nesta audiência de hoje que, no meu entender, não apenas corrobora a necessidade desta comissão geral, a sua importância, mas principalmente mostra que nós não vamos sair daqui com tudo esclarecido. Pelo contrário: sairemos com mais dúvidas do que tínhamos no início.

Então, acho que cabe realizar uma visita ao criadouro do Noel - e aí vão haver todos os procedimentos para isso -, e o exame grafotécnico da documentação. Dependendo, claro, do posicionamento do Sr. Diretor, que já havia dito, nos debates, que não haveria problemas. Agora isso se torna absolutamente necessário porque interessa para nós, da Câmara Legislativa, e ao Zoológico - creio também que o Sr. Secretário foi muito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

explícito aqui quanto a isso • tirar essa mancha que **empana** o brilho dessa instituição de tantos anos e da qual gostamos tanto. A Jornalista Ana Beatriz foi muito feliz ao dizer isso.

Nós queremos os **esclarecimentos**, doa a quem doer.

Assim, nós gostaríamos de saber do Sr. Diretor-Presidente se **S.Sa.** poderia nos **conceder**, à medida em que estamos em uma comissão geral, a possibilidade de verificarmos esses livros de registro.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Com certeza absoluta.

A instituição que mais interesse tem em que tudo seja esclarecido é o Jardim Zoológico. Por outro lado, o Poder Executivo já tomou todas as providências para tentar esclarecer essa situação por meio de sindicâncias com a finalidade de apurar o que está acontecendo.

Apenas como mais um dado para esta comissão, quando nós tomamos conhecimento do relatório do **Ibama**, salvo **engano**, em novembro do ano passado, quando o relatório ficou pronto e o encaminharam para o Jardim Zoológico, uma das providências que tomamos foi justamente verificar se os animais estavam vivos no criadouro do **Noel**. Ele nos deu um documento falando que os animais que saíram de Brasília estavam vivos.

Por que tomamos essa providência? Porque se fala de tráfico. **Ora**, se há tráfico, o tráfico é o que é ilegal. Quer dizer, quando é autorizada a venda, quando é autorizada qualquer transação que seja legal, isso não é tráfico. Tráfico é a vertente ilegal da questão.

Então, se os animais, pelos documentos que nós temos, que inclusive poderemos também, se V.Exa. desejar, Sr. **Presidente**, encaminhar **a esta Casa...**



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - É evidente, Raul, que atestados de óbito inexplicados de animais vivos podem ensejar outras destinações que não as gerais. Acho que é disso que se trata desde o começo. Não ficou claro: que fique agora!

Atestados de óbito de animais que estão vivos que surgem... É evidente que esses animais poderiam ser comercializados numa rede clandestina.

Passo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar todas e todos que estão aqui e dizer da importância de realizarmos esta comissão geral, que, em verdade, tem servido pouco para esclarecer a série de denúncias que paira sobre as irregularidades que aconteceram no Zoológico e a suspeição de tráfico de animais. Ela tem sido pouco contundente na resolução dessas questões, mas é muito clara a perspectiva de que nós devemos continuar esse processo de investigação.

Esta Casa levantou esta discussão por meio desta comissão geral e tem agora a obrigação de ir a fundo no processo de investigação. Está protocolado, nesta Câmara, um pedido de CPI para discutir exatamente essas denúncias que levam a indícios de tráfico de animais em uma conexão de Goiânia e Brasília com um criadouro comercial.

Portanto, parece-me que devemos fazer um esforço para que se tenha mais uma CPI funcionando nesta Casa. Isso é possível desde que possamos contar com a maioria dos Parlamentares. Mas, para além disso, ainda que não tenhamos uma nova CPI, temos de fazer um processo de investigação que passe por vários aspectos. Não apenas investigações e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

oitivas devem ser estabelecidas aqui, mas fundamentalmente precisamos obter algumas comprovações. Precisamos, por exemplo, atestar a autenticidade desses atestados de óbito. É preciso haver não apenas a avaliação grafotécnica do ponto de vista da assinatura que está posta, mas a autenticidade do próprio documento.

Porque me parece que há uma situação de extrema gravidade. De extrema gravidade. Existiam animais que foram doados para o Zoológico com finalidade comercial. Eu farei uma consulta ao próprio Ibama e a outras entidades - ao Ministério Público inclusive - para ver se isso é legal. Aqui foi falado que é legal. Se é legal, a lei tem que ser mudada, porque é o público que passa a alimentar o privado, para uma finalidade privada e lucrativa! Isso é imoral! As leis têm que se adequar à moralidade e não simplesmente se curvar a uma dita legalidade.

Eu farei essa consulta, Deputado Chico Floresta, faremos nós essa consulta ao Ministério Público e a uma série de entidades para saber se realmente é legal esse processo de doação. Uma prática que tem que ser eliminada e que existe em vários segmentos desta cidade é a de que o público venha a servir o privado.

Esses animais foram doados. Em Goiânia, parece me que foram doados 143 animais para o mesmo criadouro comercial, com a finalidade estrita, registrada, de comércio. Finalidade lucrativa. Nenhuma finalidade de preservação, ou científica, ou que possa se justificar com a construção do bem público. Esses animais foram doados, e aí já questiono a legalidade e a moralidade dessa doação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Apareceram depois atestados de óbito. E com um atestado de óbito, o animal some! Ora, se os animais foram doados e se apareceram, posteriormente, os atestados de óbito, temos de atestar a autenticidade desses documentos. **Mas**, para além disso, **caracterizam-se** indícios graves que apontam para o tráfico! Para o tráfico! É preciso justificar isso. Se houver tráfico, o animal deixa de estar no local ao qual foi destinado pois houve o tráfico. E se houve o tráfico, é preciso justificar a ausência desse próprio animal.

Não estamos falando de qualquer quantidade; são 143, se não me falha a memória, em Goiás, Goiânia, que foram doados; 7 aqui no Distrito Federal! Aí, parece-me que temos de propor a constituição de uma força-tarefa com várias entidades para que sejam verificados todos os livros do Zoológico, para que sejam feitas uma visita, uma vistoria e uma inspeção no próprio criadouro **Noel**. Porque aqui apareceram não apenas suspeições graves de tráfico, mas de inúmeras outras irregularidades que pulularam nesta comissão geral.

Trouxe aqui o Deputado Peniel Pacheco uma suspeita, uma contradição ou um paradoxo • algo que não se justifica por si mesmo e que, portanto, merece ser investigado - que no mínimo aponta para a sonegação fiscal. No mínimo! No mínimo aponta para a sonegação fiscal, com contradições entre documentos oficiais acerca de uma venda que se caracterizou por uma parcela, dentre várias outras, de três mil reais numa venda total de dois mil reais! No mínimo é sonegação fiscal!

Portanto, estamos puxando o fio da meada que está dentro de um novelo que envolve o criadouro Noel. Ou será que é mera coincidência?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Será mera coincidência que esse mesmo criadouro, com finalidade comercial, tenha recebido 143 animais de Goiânia e 7 do Distrito Federal?

Parece-me que devemos trabalhar na perspectiva de uma CPI. Devemos imediatamente buscar que seja atestada a autenticidade desses atestados de óbito porque atestados de óbito não aparecem assim de coisa alguma! Simplesmente temos aqui um atestado assinado por uma veterinária. Veterinária, **aliás**, que eu gostaria de saber se trabalha somente no Jardim Zoológico ou também em outro criadouro.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sim. Trabalho no Zoológico e trabalho com criadouros.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Criadouros com finalidade comercial?

SRA. DÉBORA SOBOLL - Não. Conservacionistas.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu poderia saber qual é o outro criadouro?

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sim. É o da Presidência da República - sou a responsável técnica deles • e o criadouro do Sr. José Geraldo Amorim.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Uma veterinária que não reconhece se aquele documento é legítimo e o questiona por ser uma cópia. Não questiona apenas a sua própria **assinatura**, porque assinatura é fácil de se reconhecer. Nossa identidade não está tão maculada para que não possamos reconhecer nossa própria grafia. Ela questiona a própria autenticidade do documento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

SRA. DÉBORA SOBOLL • Se a senhora me permite fazer uma colocação, a questão...

DEPUTADA ERIKA KOKAY - A senhora permite que eu conclua? Depois a senhora poderá fazer a sua colocação. Aliás, a partir da autorização da Presidência, como é de praxe e está no Regimento Interno desta Casa.

Portanto, existe uma série de denúncias emanadas aqui que necessitam providências imediatas e um processo de investigação mais aprofundado. É preciso que esta Casa se posicione quanto à perspectiva da constituição de uma força-tarefa que possa não só fazer uma vistoria e uma inspeção mais aprofundada nos livros que foram referenciados aqui - pois se tentou justificar a questão com uma certa desorganização que há neles - e, ao mesmo tempo, buscar uma investigação nesse próprio criadouro Noel, pois me parece que nesse fio da meada ele surge nos mais variados aspectos.

Por fim, queremos nos remeter a uma outra discussão: a necessidade de se ter no Zoológico, como nos mais variados órgãos do Distrito Federal, uma presença mais vigorosa de servidores concursados. Há no Zoológico uma série de profissionais comprometidos. Mas parece-me que a maior parte dos servidores do Zoológico - peço ao Sr, Diretor do Zoológico que me corrija, se eu estiver errada - vem do ICS ou é constituída de servidores de livre provimento. São de livre provimento. Qual é o percentual de trabalhadores do Zoológico concursados?

SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA - De duzentas vagas que temos no quadro, quarenta e seis são do quadro permanente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

DEPUTADA ERIKA KOKAY - A veterinária, por exemplo...?

SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA • Cargo comissionado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Cargo comissionado.

As pessoa que emitem atestados de óbito...? É o veterinário, no caso...

SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA - Tem gente do quadro e tem gente...

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas, no caso, a veterinária, Dra. Débora, é comissionada.

SR. RAUL GONZALEZ ACOSTA - A Dra. Débora é comissionada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nada contra os comissionados e nada contra se suprir as necessidades de pessoal da forma que for. Não tenho nenhuma queixa quanto ao trabalho que os profissionais desenvolvem no Zoológico. Ao contrário. Sou daquelas que são apaixonadas pelo Zoológico. Ele fez parte da minha adolescência e da construção da infância dos meus filhos e da minha filha.

Não tenho nada contra, nenhuma queixa acerca da natureza de contratação dos trabalhadores do Zoológico ou do seu desempenho profissional, que reputo como bom. Entretanto, o concurso público, particularmente para esses cargos... Por exemplo, todos nós discutimos aqui uma denúncia de indícios que surge de um atestado de óbito que tem uma assinatura. Não é? Ou seja, essas são funções absolutamente estratégicas. Assim, parece-me que deveríamos respeitar a Constituição de 1988 no que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

diz respeito particularmente a esses cargos estratégicos dentro da instituição, dentro do Zoológico.

Sr. Presidente, Deputado Chico Floresta, eu encerro minhas palavras mais uma vez parabenizando a iniciativa de se fazer esta comissão geral. Infelizmente ela não consegue nos tranquilizar quanto ao aspecto de que não houve qualquer tipo de irregularidade. De toda sorte, ainda que se um atestado de óbito falso, há profunda irregularidade. Há que se investigar.

Enfim, se não há tráfico, se os animais estão vivos, se não há problema algum, os atestados de óbito são falsos. Como surgem atestados de óbito falsos, com carimbos e assinaturas? Ainda que se ateste que não houve tráfico, que esses animais estão no lugar destinado, no criadouro Noel... que não houve nenhum tipo de irregularidade no destino dos animais, há que se investigar uma falsidade ideológica: um documento falsificado. Que objetivo teve?

Parece-me que esta comissão deveria aprofundar a necessidade de realização dessa CPI que está protocolada, fazer as inspeções periciais no documento, no atestado de óbito, estabelecer a força-tarefa imediatamente e, a partir daí, fazer todas as vistorias, inspeções documentais e *in loco* no criadouro Noel para que possamos ter aquilo que tanto amamos, o Zoológico, absolutamente incólume de qualquer suspeição, o que não é a realidade que temos hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Agradecemos a Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

Queremos dizer que está chegando ao término esta comissão geral.

Passaremos a palavra aos membros da Mesa para as suas considerações finais.

Lembramos, quanto ao que foi dito pela Deputada Erika Kokay, que já conseguimos assinaturas suficientes para o requerimento de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar essas denúncias. Achei muito oportunas as declarações do Sr. Secretário e do Sr. Diretor-Presidente do Zoológico, que nos propiciarão a possibilidade de buscarmos essas informações. Na verdade, queremos esclarecer esse problema que reputamos como grave.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário da Comparques, Ênio Dutra Fernandes da Silva, para suas considerações finais.

SR. ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA - Sr. Presidente, eu desejo encerrar minha participação dizendo o seguinte: é importante esse trabalho de apuração. Por quê? Porque o nosso Governo se traduz pela transparência.

Nossa Secretaria, a Secretaria de Estado de Administração de Parques e Unidades de Conservação, e a Fundação Pólo Ecológico, que está vinculada a nossa Secretaria, trabalham também com transparência. Estamos à disposição para abrir o Zoológico e a Fundação Pólo Ecológico para quem quer que seja, para que quem desejar investigar possa apurar a verdade.

Ninguém mais do que nós tem interesse em esclarecer todas essas dúvidas. O Zoológico é uma instituição que merece todo o nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

respeito e carinho, especialmente pelos funcionários que possui e pela sua Direção, que se propõe a fazer um trabalho sério e o está fazendo.

Sr. Presidente, Deputado Chico Floresta, fique à vontade para requerer qualquer documento e marcar visitas. Estamos à sua disposição para fornecer todos os dados possíveis. Nós queremos é esse esclarecimento.

Muito obrigado por essa oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, Sr. Raul Gonzales Acosta.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores da Mesa, imprensa, quero apenas ratificar as palavras que o Sr. Secretário acabou de manifestar: o Jardim Zoológico de Brasília está aberto para prestar as informações necessárias e para visitas *In loco* que possam confirmar esses fatos. Acho muito importante que V.Exas. possam ir lá e verificar as coisas *In loco*. Enfim, o Zoológico está aberto para o que esta comissão geral desejar.

Estamos tranquilos. Pode ser a partir de amanhã. Evidentemente, temos tarefas a desenvolver pois há uma coleção lá para alimentar, tratar e conservar, mas estamos totalmente à disposição do Sr. Presidente e desta comissão geral. Na hora que V.Exas. determinarem, poderão entrar lá e ver os livros e os próprios animais. Enfim, para tentar esclarecer, porque, como disse o nosso secretário, ninguém tem maior interesse que nós. Temos funcionários sérios e não podemos ficar pensando que lá dentro há tráfico de animais. Temos pessoas sérias que se dedicam à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

conservação do Zoológico. Temos um tratador que lá trabalha há 35 anos. Devemos toda essa transparência a esses funcionários do Jardim Zoológico. O Governo do Distrito Federal também tem interesse em que tudo seja profundamente esclarecido e que não parem dúvidas para poder informar à sociedade que temos orgulho do nosso Jardim Zoológico de Brasília, que, como já foi dito, é um dos melhores do nosso país.

Agradeço pelo convite e pela oportunidade de manifestar a nossa versão. Estamos à disposição para qualquer dúvida.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à Sra. Débora Soboll, Diretora de Conservação e Pesquisa da Fundação Poliecológica de Brasília.

SRA. DÉBORA SOBOLL - Sr. Deputado, o que eu gostaria de colocar é que a nossa fundação trabalha em parceria com o Ibama, que é o nosso órgão de fiscalização e que verifica as entradas e saídas desses animais. Contamos com o Ibama e ele conta conosco.

Seria interessante verificar, dentro da legislação do Ibama, como são regidas as normativas para criadouro comercial, para criadouro conservacionista e para criadouro científico. Por quê? Pelo que eu conheço, os animais que são recebidos no criadouro comercial não podem ser vendidos, mas, sim, os seus descendentes. São animais que são utilizados para cruzamento, e seus descendentes é que podem ser vendidos. Se não me engano é assim. O Ibama pode colocar melhor essa situação. Ou seja, se tivermos a declaração do Noel de que esses animais estão vivos, eles foram para lá para serem reprodutores. Não há nada de ilegal em vendê-los,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

uma vez que esses animais são organizados de tal maneira que há autorização do Ibama. É interessante a vistoria nesse criadouro, como nos demais criadouros com os quais temos contato. Com certeza, os animais que foram enviados da nossa instituição e de outras para o Noel foram autorizados pelo Ibama, que conhece o criadouro. Ele tem legalidade. Não estamos falando de uma pessoa que não tem registro, não tem nome nem endereço. Era isso que eu queria colocar. Agradeço a oportunidade de esclarecer esses fatos. Colocamo-nos à disposição para mostrar todos os nossos documentos e **inquirições** a respeito desse assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra ao Coordenador de Faunas do Ibama/DF, Sr. Adilson Pinto Gil.

SR. ADILSON PINTO GIL - Quero falar sobre três assuntos. Primeiro, sobre a autenticidade desses documentos. Neste momento, no processo, não existem esses documentos. Há um segundo momento em que os responsáveis têm de ser punidos efetivamente e depois verificado o porquê ou não da autenticidade desse documento. Essa é uma situação posterior importantíssima e de extremo interesse.

O segundo ponto é que hoje a fauna do Distrito Federal presta um serviço importantíssimo ao Ibama. O Zoológico é, hoje em dia, uma das maiores instituições - acho que 90% dos resgates de animais feridos e com fraturas feitos pelo Ibama são atendidos pelo Zoológico, devido à condição de ambulatório que possui.

Temos de avaliar eticamente essa questão do criadouro comercial, que é uma situação complicada, Ele é legal? É. O que temos de compreender é que um criadouro comercial, hoje, é uma situação legal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

Muitas situações do Ibama são complexas. Somente nesse último mês, eu fechei três criadouros. Mas fechar três criadouros, no mínimo, representa o deslocamento de trinta ou quarenta animais. Onde vou colocar trinta ou quarenta animais? Há animais como o papagaio verdadeiro, o Amazona Aestiva e a Arara Canindé, que são problemas. Os criadouros estão cheios. Esses animais estão extremamente “antropisados”, com patologias... Você não pode fazer soltura. Então, fazer o que com esses animais?

Solicito publicamente à jornalista e à Deputada Erika Kokay que levemos isso para a sociedade. Ter recursos para fazer grandes centros para alocar esses animais por tempo infinito pode ser uma situação.

O criadouro conservacionista hoje é uma realidade interessante, mas vivemos em uma sociedade capitalista. Então, as pessoas que recebem animais, como disse a Deputada Erika Kokay, não podem vendê-los. Elas podem vender os filhotes. Esses animais funcionam como matrizes, até por uma questão comercial, que nós, como sociedade, entendemos correta. Esse criador terá um custo com veterinário, com adequações de jaulas, com adequações de gaiolas e com alimentação, ao longo de toda a vida do animal. Então, é cabível que, em determinado momento, ele tenha um capital de retorno pelo custo despendido.

Vários animais são apreendidos pelo Ibama e eles têm que ser destinados. Seria muito interessante que só houvesse criadouros conservacionistas e científicos, mas, infelizmente, por uma questão social ou econômica, é o que há de menos. O que há hoje em grande quantidade são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

criadouros comerciais: as pessoas gastam com a manutenção desses animais e depois querem ter um retorno.

Acho importante verificarmos se é interessante o manejo da fauna brasileira e exótica que entrar no País nesse tipo de ação, nesse tipo de criadouro comercial. Se a sociedade compreender que não é o caminho mais interessante, teremos que ter **soluções**, espaços amplos para os animais ficarem até a sua morte.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Concedo a palavra à jornalista Ana Beatriz Magno.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO • Eu gostaria de agradecer à Câmara Legislativa e aos colegas jornalistas e pedir desculpas pela minha **impaciência**, por ficar andando, porque não estou acostumada a essa situação de formalidade.

Eu queria falar um pouco sobre o que o representante do Ibama disse. O Jardim Zoológico de Brasília é um bem público. Agora, se o criadouro pode vender a cria dos animais doados, a questão é mais grave ainda, pois ele é uma máquina de fazer dinheiro. Ou **seja**, **ganha-se** um casal de **guinus** de um jardim zoológico público e **vende-se** um monte de **guinusinhos**. Parece-me que a questão do criadouro **comercial** é uma pedra no sapato do Ibama a ponto de, exatamente agora, ser discutida uma instrução normativa que trata dos criadouros comerciais, porque é uma instituição sobre a qual pairam dúvidas.

Acho que temos de discutir a finalidade dessa instituição. O fato de não se poder vender o animal doado, mas poder vender os seus filhotes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

é mais grave ainda, pois ganha-se um bem que era público e o transforma em um monte de dinheiro. Isso sem sabermos por quanto, sem prestar informações à sociedade. Imagino que o Poder Público tenha essa informação, pois eu não consegui obtê-la.

Levei muito tempo para fazer e publicar a matéria. Fui entrevistar o Raul muito depois de a matéria ter sido publicada. Fiquei pensando como isso se opera. Sempre temos essa idéia equivocada. Não, os animais estão vivos. Tráfico de animais não é para matar o animal e, sim, para vendê-lo. É importante e fundamental que o animal esteja vivo. Porém, não é essa a questão, o problema é outro. É muito importante entendermos que esses animais não são meus nem seus, são públicos. Independente de ser legal, confio na informação do Ministério Público de que não é legal a operação de doação. Será que não devemos discutir a moralidade e a ética disso? O Jardim Zoológico não é para os seus funcionários, independentemente de eles serem concursados ou não, mas para o Distrito Federal.

Quero solicitar à Câmara Legislativa, se é que eu posso, que faça um levantamento dos criadouros comerciais regularizados e de quem são seus fornecedores. Como esses criadouros recebem esses animais? Mais importante é para onde vão e de onde vêm os animais.

Se você pode fazer uma operação legal, por que fazer uma ilegal? Por que correr o risco de se envolver com o tráfico de drogas, se é uma rede ilegal, do princípio ao fim? Não é melhor se envolver com uma atividade legalizada e que renda bem? Li isso no livro que o Raul me deu de presente.

Era isso o que eu tinha a dizer.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	75

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Não saímos daqui com tudo esclarecido. Isso é patente. A gravidade do atestado de óbito pode ser a ponta de um *iceberg* - é essa a situação que queremos analisar.

Aqui foi contestada a autenticidade de um documento e vamos verificar isso. Temos de descobrir a função de um documento como esse. É isso que causa espécie. Qual é a função do atestado de óbito de animais vivos? Por que eles apareceram? Será que dão cobertura ou visavam dar cobertura a esse tráfico que está ocorrendo? Que tipo de controle o Jardim Zoológico faz sobre esse processo? Já foi dito aqui que foi aberta uma comissão de sindicância interna, o que mostra que algum problema ocorreu nesse processo.

Houve um confronto de opiniões em relação à legalidade do processo de doação. O Ministério Público sustenta que esse processo não é correto, não é legal. O Ibama, pelo que entendi da última fala, sustenta que sim. Eu queria até obter essa confirmação.

Concedo a palavra ao Sr. Adilson Pinto Gil.

SR. ADILSON PINTO GIL - Quanto à transferência do Jardim Zoológico, cabe ao Ibama - é questão de competência dele -, não tratar dessa situação. O Jardim Zoológico de Brasília fez o envio dos animais para um criador, e há toda a documentação.

Se você faz essa doação qualificada para o Ibama, o que acontece é o seguinte: se quem está recebendo é autorizado e preenche todos os requisitos - a gerência de Goiás foi consultada e até então vamos acreditar nas informações prestadas -, não há problema, porque o manejo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

dos animais do Zoológico cabe ao Zoológico. Se forem excedentes - acho interessante salientar isso, porque tem a ver com a indagação da Sra. Ana e com a pergunta do senhor, Deputado -, o manejo desses animais, como bem público de todos nós, terá um custo. Portanto, é um custo mensal para todos nós, da sociedade, a manutenção de um animal excedente. Até a legalidade das transferências baseia-se nisso. Se o zoológico, achou interessante, para administrar a verba pública, continuar custeando a criação desse novo filhote, e preferiu, por a mais b, essa outra situação, não há por que o Ibama atestar isso como ilegalidade. É óbvio que o Ibama tem competência, em cima da Lei nº 8.666, de licitações, para verificar que tipo de trâmite ocorreu aí.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Exatamente. Mas, em seu pronunciamento anterior, isso ficou meio dúbio. Acho que o Ibama não atesta a legalidade. O Ibama não tem a competência de atestar a legalidade dessa transação.

SR. ADILSON PINTO GIL - Não é competência do Ibama.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - É o que eu entendo. Essa legalidade é contestada pelo Ministério Público.

SR. ADILSON PINTO GIL - Essa legalidade está sendo contestada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - É outra lacuna que vimos aqui de maneira explícita. Esse instrumento da doação tem a sua legalidade contestada.

Há uma outra questão grave - envidaremos todos os esforços para esclarecê-la -, que é a vistoria que queremos fazer no criadouro do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	77

Noel. A legislação é muito clara. Por que a reportagem do *Correio Braziliense* foi impedida de entrar? E a pergunta foi muito objetiva: Os animais de Brasília estão aqui? Os animais do zoológico de Goiânia estão aqui? Se não estiverem, se tiverem sido vendidos, estão completamente ao arrepio da lei. Isso é absolutamente ilegal. Portanto, solicitaremos ao Ibama, é um caso de jurisdição Federal, que nos acompanhe em uma vistoria. Os animais têm de estar lá. Eles apenas podem procriar. Se esses animais não estiverem lá, é porque foram vendidos. Isso é mais grave.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Temos o documento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Mas aí não cabe ao zoológico. O criatório do Noel é que tem de se justificar.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNO - Esses animais eram "chipados" no Jardim Zoológico?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não. Na época, não tínhamos o *chip*. Não tínhamos comprado *microchips*. Esse também foi outro problema. Demoramos quase dois anos para comprá-los, porque ninguém os cotava na licitação. Mas conseguimos. Hoje, aproximadamente 70% da nossa conexão está "microchipada".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Pelo livro de registro do zoológico, há uma série de características biológicas que podem levar à constatação.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Isso. Temos até mesmo um documento do criadouro, afirmando, em dezembro, quando recebemos o relatório do Ibama, que os animais estavam no criadouro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Iremos ao criadouro para ver se os animais estão lá. Já entramos em contato com a Câmara de Vereadores de Goiânia, que também apura esse assunto em CPI, e queremos saber se não está ocorrendo uma triangulação.

Uma resposta que não ficou clara foi se o zoológico de Brasília vem doando animais ao zoológico de Goiânia.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Não houve nenhuma doação recente?

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Houve permuta. Permutamos uma zebra por um tamanduá **bandeira**, salvo engano. Parece-me que **permutamos** também, não me recordo **direito**, uma sucuri e outro animal por um ádax.

SRA. ANA BEATRIZ MAGNA - E o ádax está no criadouro do Noel.

SR. RAUL GONZALES ACOSTA - Mas não permutamos ádax com o Noel. Foi para Goiânia. Salvo engano, a sua reportagem disse que seis meses depois foi para o Noel. Mas nada para o zoológico de Goiânia. Absolutamente nada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO FLORESTA) - Verificaremos essa **possibilidade** de triangulação.

Creio que atingimos o nosso objetivo. Agradeço a presença do Secretário, a presença do Diretor do Zoológico, a presença do representante do Ibama s/Alice



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
27/04/05	15h05min	34ª SESSÃO ORDINÁRIA	79

a presença do Ibama e a da nossa convidada, Ana Beatriz. Acho que foi importante, para a população do Distrito Federal. Como eu disse, o Zoológico de Brasília é uma casa de todos nós. Eu fui Secretário do Meio Ambiente e tinha muito carinho pelo zoológico. Muitas das melhorias feitas naquele zoológico foram feitas durante a minha gestão, então, não precisamos dizer como aquilo é caro para nós, do ponto de vista emocional, pelo carinho que nós dedicamos àquela entidade. Por isso, queremos que essas questões sejam absolutamente esclarecidas.

Quero dizer, para a sociedade de Brasília, que nós vamos insistir. Temos o pedido de CPI protocolado, vamos insistir com essa busca de informações, algumas questões que já foram aqui relatadas, vamos fazer a visita, tão logo o Ibama nos dê a resposta, ao Criadouro de Noel. Acho que não pode pairar dúvidas sobre o Jardim Zoológico de Brasília.

Agradeço a presença de todos e encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h11 min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LIDO
Em 03/05/05
Assessoria de Plenário

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 34ª
(TRIGÉSIMA QUARTA)**

**SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM
COMISSÃO GERAL PARA DEBATER OS FATOS QUE
ENVOLVEM A ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO
PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA E A DOAÇÃO DE
ANIMAIS SILVESTRES À EMPRESA NOEL
GONÇALVES LEME-ME, PROPRIETÁRIA DA
FAZENDA SERRA AZUL, NO ESTADO DE GOIÁS,**

EM 27 DE ABRIL DE 2005.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wilson Lima e Chico Floresta.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

INÍCIO: 15 horas e 7 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 12 minutos.

ATA SUCINTA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 27 DE ABRIL 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

REVISOR:

Ana

CHEFE DO SETAS:

Bulcão



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
Sob a proteção de **Deus**, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DAS ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, a Ata da 32ª Sessão Ordinária e a da 10ª Sessão Extraordinária.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

- Informa que, de acordo com o Requerimento nº 1.881, de 2005, dos Deputados Chico Floresta e Aríete Sampaio, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater os fatos que envolvem a administração da Fundação Pólo Ecológico de Brasília e a doação de animais silvestres à empresa Noel Gonçalves Leme-ME, proprietária da Fazenda Serra Azul, no Estado de Goiás.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- PRESIDENTE DA SESSÃO E CO-AUTOR DO **REQUERIMENTO**, Deputado Chico Floresta.
- **SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMPARQUES**, Enio Dutra Fernandes da Silva.
- **DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO**, Raul Gonzales Acosta.
- **COORDENADOR DE FAUNA DO IBAMA – DF**, Adilson Pinto Gil.
- **JORNALISTA DO CORREIO BRAZILIENSE**, Ana Beatriz Magno.
- **DIRETORA DE CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**, Débora Sobpl.
- **EX-DIRETOR DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA**, Daniel Louzada.
- **PROCURADOR JURÍDICO**, Jesu Jácomo.

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Esclarece que esta comissão geral tem como objetivo identificar os procedimentos administrativos a serem adotados quanto à transferência de animais da Fundação Pólo Ecológico de Brasília para o criadouro do Sr. Noel Gonçalves Leme.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Secretário de Estado da Comparques.

- Informa que prestará todos os esclarecimentos referentes às questões objeto das denúncias que vieram a público sobre a Fundação Pólo Ecológico de Brasília.
- Defende o trabalho desenvolvido pela Fundação.

RAUL GONZALES ACOSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico.

- Coloca-se à disposição desta comissão para responder os questionamentos referentes à Fundação Pólo Ecológico.
- Enumera os projetos desenvolvidos por essa Fundação em prol da pesquisa e educação ambiental.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Afirma que está à disposição desta comissão para esclarecer questões referentes ao trabalho realizado na Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Manifesta seu apoio à realização desta comissão geral para debater questões de interesse da sociedade.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Coloca-se à disposição de todos para discutir a matéria objeto desta comissão geral.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Relembra reportagens do *Correio Braziliense* sobre a criação doméstica de animais silvestres que não fazem parte da fauna brasileira adquiridos por empresas especializadas em compra e venda de animais.

- Salienta que desconhecia essa prática de comercialização.

- Acrescenta que animais da espécie *lhama glama* foram trazidos para Brasília com autorização do Ibama.

- Indaga sobre a legalidade dessa autorização.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta ao Secretário Enio Dutra quais as providências adotadas com relação à falta de licença ambiental para o Jardim Zoológico e de planejamento global.

ENIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, Secretário de Estado da Comparques.

- Afirma que alguns procedimentos administrativos estão sendo adotados pela Fundação: a retomada do projeto de revitalização e o levantamento de necessidades.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta ao diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília quais as providências adotadas com relação à falta de parecer do órgão ambiental, de planejamento global e de lista dos funcionários do Zoológico.

RAUL GONZALES ACOSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico,

- Informa que foram encaminhados ao Ibama os documentos solicitados e que as providências sugeridas estão sendo adotadas.

- Ressalva que a vistoria do Ibama se baseou em portarias e instruções normativas revogadas.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Questiona o Ibama sobre a validade jurídica dos relatórios elaborados com base em legislação revogada.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Detalha os procedimentos para elaborar os relatórios de vistoria.

- Defende a validade dos relatórios baseados em instrução normativa revogada.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Indaga ao coordenador de Fauna do Ibama se os itens abordados na portaria revogada são considerados exorbitantes, em especial a questão dos atestados de óbito.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Informa que não viu esses atestados de óbito.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta à diretora Débora Soboll como surgiram os atestados de óbito questionados.

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Pergunta se pode entregar aos participantes uma cópia de quatro atestados anexados ao documento do Ministério Público.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Explica que, na vistoria do Ibama, foram apresentadas as cópias dos documentos solicitados.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Declara que os atestados mostrados neste momento não constam da documentação apresentada ao Ibama e que até agora não viu os originais deles.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta à diretora Débora Soboll se ela não tem conhecimento desses atestados.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Responde que não, apenas pelo processo entregue ao Ministério Público.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Declara que vai verificar se a assinatura é da diretora Débora Soboll.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Afirma que só poderia reconhecer se assinatura é sua em documento original, não em cópia.

- Argumenta que, naquela época, trabalhava em um setor de animais pequenos e que havia um veterinário responsável por animais de grande porte.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO LEITE (PT)

- Salienta que é freqüente a doação de animais silvestres à empresa Noel Gonçalves Leme-ME.

-Adverte que essa doação pode configurar tráfico de animais, até com ramificações internacionais.

- Relata que investigações da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e da Polícia Federal indicam que a Fundação Pólo Ecológico de Brasília constatou que, dentre sete animais doados, três tiveram atestados de óbito na data de doação.

- Denuncia irregularidades no Zoológico do Distrito Federal: ausência de documentação para verificar o funcionamento, repasse de animais empalhados à Polícia Florestal do DF sem registro, falta de preparo e treinamento de funcionários, e falta de segurança.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta à diretora Débora Soboll qual o procedimento legal para expedição de atestados de óbito.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Relata os procedimentos técnicos realizados na Fundação Pólo Ecológico de Brasília.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pergunta à diretora Débora Soboll qual o procedimento de arquivamento de documentos na Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Esclarece que os documentos são armazenados em arquivo morto.

RAUL GONZALES ACOSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico.

- Reafirma que todos os documentos solicitados no relatório de vistoria foram encaminhados ao Ibama e que a demora no envio se deve à falta de recursos materiais.

- Explica os procedimentos de rotina de acompanhamento de animais no Zoológico de Brasília.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Insiste em saber se a zebra, objeto do atestado, está viva ou morta.

- **Questiona** as anotações nos livros de registro do Jardim Zoológico de Brasília.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RAUL GONZALES ACOSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico.

- Informa que inicialmente tomou conhecimento da existência dos atestados de óbito quando a jornalista a eles se referiu.

- Acrescenta que oficialmente tomou conhecimento quando conseguiu cópia na 6ª Vara da Fazenda Pública.

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Refere-se aos aspectos de natureza técnica do relatório de vistoria do Ibama.

- Comenta que solicitou explicações ao Sr. Raul Gonzales Acosta sobre os atestados de óbito e os termos de doação.

- Informa que o **diretor-presidente**, em sua defesa junto ao Ministério Público, alegou que desconhecia esses atestados.

- Chama a atenção para a irregularidade dos documentos: há três atestados de óbito com a mesma data, posterior à doação.

- Questiona por que a direção do Zoológico assinou termo de doação, uma vez que a legislação permite a venda do excedente.

- Comenta como tomou conhecimento do Sr. Noel, o maior criador comercial brasileiro.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Denuncia irregularidades na aquisição de animais silvestres pela administradora do Lago Sul e questiona a diferença entre os valores declarados e os reais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Pergunta em que base de preço deve ser feita a declaração à Receita.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Explica como é feita a tributação.
- Julga que houve sonegação fiscal nessa aquisição.
- Pergunta ao Sr. Raul se o Zoológico efetuou alguma transação com lhamas.

RAUL GONZALES ACOSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico.

- Nega qualquer transação.

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Pergunta se o Zôo doou outros animais ao criadouro Noel.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Complementa perguntando se doou ao Zoológico de Goiânia.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JESU JACOMO, procurador jurídico da Fundação Pólo Ecológico de Brasília

- Esclarece à jornalista que não existe a doação em nosso direito.

-Justifica que não houve irregularidade na transação: a empresa do Sr. Noel é registrada no Ibama.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Argumenta que a legalidade da doação está sendo questionada pelo Ministério Público.

JESU JACOMO, procurador jurídico da Fundação Pólo Ecológico de Brasília

- Retruca que não se pode questionar a lei.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Questiona o aparecimento de atestados de óbito fictícios.

JESU JACOMO, procurador jurídico da Fundação Pólo Ecológico de Brasília

- Descreve o processo de doação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Insiste na necessidade de explicar o atestado de óbito.

JESU JACOMO, procurador jurídico da Fundação Pólo Ecológico de Brasília

- Esclarece que os atestados são posteriores ao envio dos animais.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Reitera sua dúvida: como os atestados foram emitidos pelo Zôo se os animais já haviam sido doados.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Informa que os animais do Jardim Zoológico têm fichas biológicas individuais e que os registros relativos a óbito, permuta, empréstimo ou doação são feitos em livro próprio, segundo normas do Ibama.

- Especifica que há apenas registro de saída dos animais enviados ao criadouro Noel, razão pela qual não foram encaminhados atestados de óbito ao Ibama,

- Declara que não reconhece a assinatura como sua por ser-lhe apresentada em cópia de atestado de óbito.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Pede à Sra. Débora Soboll que aponha sua assinatura nesse documento para comparação da grafia.
- Esclarece que a Sra. Débora pode recusar-se a fazê-lo.

JESU JÁCOMO, procurador jurídico da Fundação Pólo Ecológico de Brasília

- Pondera que o documento fotocopiado não tem valor jurídico e desaconselha a Sra. Débora a assiná-lo.

DEPUTADO PENIEL PACHECO (PDT)

- Sugere o encaminhamento do atestado à perícia da Polícia Civil para exame grafotécnico.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Acata a sugestão do Deputado Peniel Pacheco.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Indaga ao diretor do Jardim Zoológico qual é o procedimento de rotina após a morte de um animal e quem emitiu os atestados de óbito objeto do debate.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Descreve os procedimentos: após a morte de um animal, realiza-se a necropsia, cujos resultados são registrados em livro próprio; depois emite-se o atestado de óbito.

- Reitera que não há registro de necropsia dos animais citados, mas de sua saída para o criadouro Noel, como espécimes vivos.

- Acrescenta que a documentação requerida pelo Zôo e expedida pelo Ibama para transporte dos animais indica que os animais se encontravam vivos.

- Apresenta duas hipóteses que explicariam a existência de atestados de óbito incorretos: a falsificação ou a ocorrência de equívoco.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Pergunta ao diretor do Zôo que providências adotou após tomar conhecimento dos atestados de óbito.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Informa que instaurou sindicância, a respeito da qual não pode pronunciar-se, uma vez que os trabalhos estão em curso.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Parabeniza a reportagem que trouxe à baila a atual situação do Zoológico, cuja organização e fiscalização devem ser aperfeiçoadas.

- Avalia que a CLDF deve acompanhar essa sindicância bem como a investigação da Polícia Federal, uma vez que as hipóteses de tráfico, falsificação ou equívoco são graves.

- Opina que a CLDF deve convocar o Sr. Noel, proprietário do criadouro, para oitiva.

- Sugere que o Zoológico de Brasília não doe animais para entidades comerciais.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Ressalta que a transferência dos animais para o criadouro Noel foi uma doação qualificada.

- Justifica que não houve dilapidação do patrimônio público: o Zôo recebeu do Sr. Noel um rifle para contenção química dos animais e materiais de consumo incorporados ao patrimônio da instituição.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Propõe que a Comissão de Meio Ambiente da CLDF, com parlamentares interessados e equipe do Ibama nacional, visite o criadouro.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Inquire o Sr. Raul Gonzales sobre quantos animais foram doados pelo Zôo de Brasília ao criadouro do Sr. Noel, por que se optou pela doação e não pela venda, quais foram os critérios de escolha desse criadouro.

- Indaga se a cessão dos animais ao Sr. Noel não seria mais bem caracterizada como permuta, uma vez que o Zôo recebeu em contrapartida um rifle e outros acessórios.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Confirma que se trata de doação qualificada.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT)

- Questiona se o Zoológico de Brasília mantém relação com outros criadouros e, em caso afirmativo, quais seriam.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Responde que o Zôo de Brasília mantém relações com inúmeras pessoas, vários jardins zoológicos e com poucos criadouros, todos legalizados pelo Ibama.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DÉBORA SOBOLL, diretora de conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Acrescenta que o Zoológico de Brasília abriga provisoriamente cerca de 2.300 animais recebidos do Ibama, até posterior envio a criadouros conservacionistas ou comerciais, a outros zoológicos ou a pessoas afins, uma vez que não é possível alojar definitivamente esses animais.

- Explica que o encaminhamento de animais silvestres é da alçada do Ibama; o de animais exóticos é de competência do Ministério da Agricultura; o deslocamento de animais domésticos depende da Guia de Transporte Animal (GTA) emitida pelo Ministério da Agricultura.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Refere-se à comunicação técnica encaminhada a parlamentar da CLDF, relativa à caracterização da *llama glama* como fauna doméstica, conforme Portaria nº 93, de 1998.

- Conclui que, para ser transportado, esse animal precisa apenas da GTA.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Reitera que solicitará exame grafotécnico da assinatura dos atestados de óbito.

- Pergunta à Sra. Débora Soboll há quantos anos trabalha no Zoológico de Brasília e qual sua experiência anterior.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DÉBORA SOBOLL, diretora de conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Declara que é veterinária do Jardim Zoológico de Brasília há quatro anos e quatro meses e que essa foi sua primeira experiência de trabalho após a formatura.

- Acrescenta que a responsabilidade de assinar atestados de óbito de animais do Zôo recai sobre vários médicos veterinários, de acordo com a escala de serviço da instituição.

- Frisa que não há evidência de tráfico de animais no Zoológico: os atestados de óbito apresentados são cópias e não constam dos livros de registro do Zôo nem tampouco do laudo do Ibama.

- Argumenta que há rixas entre alguns servidores do Zôo, o que talvez possa explicar a eventual falsificação de documentos.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Considera que a declaração da Sra. Débora Soboll coloca sob suspeita de envolvimento outros funcionários do Zoológico.

- Manifesta sua convicção de que é necessário o aprofundamento das investigações.

- Questiona o diretor do Zoológico quanto à possibilidade de acesso aos registros da instituição.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

– Assegura que o acesso aos livros de registro do Zôo está franqueado aos interessados e que a instituição tem o maior interesse na elucidação dos fatos denunciados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Informa que está protocolada na CLDF proposta de instalação de CPI para tratar das denúncias referentes ao Zoológico.

- Salienta que as investigações devem ser aprofundadas ainda que tal comissão não seja instaurada.

- Considera imoral a doação de animais para entidade com fins comerciais e indício de tráfico ilegal a existência de atestados de óbito falsos.

- Questiona a transferência de animais do Zôo de Brasília para criadouros particulares e afirma que consultará o Ibama e o Ministério Público a respeito da legalidade desse ato.

- Indaga à Sra. Débora Soboll se atua em criadouros particulares, com finalidade comercial ou conservacionista.

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Responde que é responsável técnica pelo criadouro da Presidência da República e pelo criadouro pertencente ao Sr. José Geraldo Amorim.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT)

- Propõe a criação de força-tarefa para inspecionar o criadouro Noel, uma vez que há suspeita de irregularidades nessa empresa.

- Avalia que a realização de concurso público para preencher a maioria das funções estratégicas do Zoológico, além de atender a preceito constitucional, contribuiria para evitar problemas semelhantes aos que agora foram denunciados.

ÊNIO DUTRA FERNANDES DA SILVA, secretário de Estado da Comparques.

- Julga que a apuração dos fatos é muito importante.

- Afirma que a Secretaria da Comparques atua com transparência e está disposta a contribuir com as investigações.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Ratifica as palavras do Secretário da Comparques em relação à abertura das investigações.

- Agradece a oportunidade de participar do debate.

- Enfatiza a seriedade do corpo de servidores do Jardim Zoológico de Brasília e assegura que a instituição tem interesse em elucidar os fatos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DÉBORA SOBOLL, diretora de Conservação da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

– Chama a atenção para o fato de que a Fundação Pólo Ecológico de Brasília atua na conservação de animais, em parceria com o Ibama, o responsável pela normatização do funcionamento de criadouros comerciais, conservacionistas e científicos.

– Acredita que não houve ilegalidade no envio de animais do Zôo de Brasília para o criadouro Noel, efetuado mediante autorização do Ibama: as normas vigentes autorizam esse tipo de operação, com a ressalva de que apenas os descendentes dos espécimes podem ser comercializados.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Considera que a autenticidade dos documentos apresentados deve ser averiguada.

- Destaca a importância dos serviços prestados pelo Zoológico ao Ibama, no resgate de animais feridos.

– Julga que a sociedade deve discutir os aspectos éticos e legais do funcionamento de criadouros comerciais porque tais instituições cumprem importante papel na alocação de animais para os quais o Estado não pode oferecer abrigo indefinidamente.

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Declara que confia nas informações do Ministério Público de que a doação de animais de zôos públicos para entidades privadas com fins comerciais é ilegal.

- Concorde com a necessidade de aprofundar a discussão a respeito da existência de criadouros comerciais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

-Solicita à CLDF que proceda ao levantamento dos criadouros comerciais regularizados e de seus fornecedores.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Reitera sua opinião de que é necessária a apuração da autenticidade dos atestados de óbito.

- Indaga ao representante do Ibama qual a posição do órgão em relação à doação de animais, processo que o Ministério Público julga ilegal.

ADILSON PINTO GIL, coordenador de Fauna do Ibama - DF.

- Afirma que não é competência do Ibama atestar a legalidade do processo de doação de animais excedentes ou a gestão desse patrimônio do Zôo, mas tão-somente verificar a qualificação daqueles que receberão os espécimes.

DEPUTADO CHICO FLORESTA, presidente da sessão e co-autor do requerimento.

- Assegura que se empenhará para esclarecer a legalidade da doação de animais do Zoológico.

- Acrescenta que solicitará ao Ibama nacional que acompanhe os deputados na vistoria do criadouro Noel, em Goiás.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ANA BEATRIZ MAGNO, jornalista do *Correio Braziliense*.

- Indaga ao diretor-presidente do Zoológico se os animais doados foram "chipados" e se foram doados animais para o Zôo de Goiânia.

RAUL GONZALES DA COSTA, diretor-presidente da Fundação Pólo Ecológico de Brasília.

- Informa que os animais não foram "chipados" no Jardim Zoológico de Brasília que não dispunha dos microchips necessários.

- Esclarece que foram efetuadas apenas permutas com o Zoológico de Goiânia.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Floresta):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a) Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a) Secretário(a)

(A/SN/N)

ATA SUCINTA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 27 DE ABRIL 2005,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL.

REVISOR:

Ana

CHEFE DO SETAS:

Raul